



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 25ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Banco Mercantil do Brasil pelos 70 anos de sua fundação
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/8/2013

Presidência do deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Mensagens - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do deputado Dalmo Ribeiro Silva - Entrega de placa - Palavras do Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo - Palavras do Sr. Ronaldo Antônio Zica da Costa - Palavras do presidente - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Dinis Pinheiro - Dalmo Ribeiro Silva - Gustavo Perrella - Sebastião Costa.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Banco Mercantil do Brasil pelos 70 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Luiz Henrique Andrade de Araújo, vice-presidente do Banco Mercantil do Brasil; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o prefeito municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; vereador Pablo César - Pablito, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Ronaldo Antônio Zica da Costa, prefeito municipal de Dolores do Indaiá; e Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; a Exma. Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas - e presidente da Associação das Caminhantes da Estrada Real; e o Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Mensagens

O locutor - Gostaríamos de dar ciência ao público presente, bem como aos telespectadores da TV Assembleia, do recebimento de mensagens dos Exmos. Srs. deputados federais Marcos Montes e Isaías Silvestre; Senador Aécio Neves; Fernando Pimentel, ministro



de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do governador Antonio Anastasia, através das quais lamentam não poderem se fazer presentes em razão de compromissos previamente agendados. Todos agradecem ao presidente o convite, cumprimentam o deputado Dalmo Ribeiro pela iniciativa e parabenizam a instituição objeto de homenagem desta noite.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Trio Amadeus.
- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.
- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

“Ser mineiro é não dizer o que faz nem o que vai fazer, é fingir que não sabe aquilo que sabe, é falar pouco e escutar muito, é passar por bobo e ser inteligente, é vender queijos e possuir bancos” - Carlos Drummond de Andrade.

Exmo. Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, a quem neste momento cumprimentamos e saudamos. V. Exa. vem, sem dúvida alguma, comandando este Parlamento mineiro por sua competência, sua retidão e história política. V. Exa. presidir esta solenidade tão importante é um prazer não somente para o banco homenageado, mas para todo o povo mineiro.

Quero cumprimentar o Exmo. Senhor Luiz Henrique Andrade de Araújo, vice-presidente do Banco Mercantil do Brasil. Saúdo o Exmo. Sr. Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte. Cumprimento também, com muita alegria, o vereador Pablo César, Pablito, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Cumprimento e saúdo o Exmo. Sr. Ronaldo Antônio Zica da Costa, prefeito de Dores do Indaiá. Quero saudar e cumprimentar o Sr. Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Fiemg, e a nossa querida e estimada amiga Maria Elvira, deputada de Minas e do Brasil - é um prazer imenso ter V. Exa. nesta solenidade conosco. Quero também dirigir um cumprimento para saudar a Exma. Sra. Gláucia Araújo, esposa do nosso Luiz Henrique de Araújo. Cumprimento, saúdo e agradeço desde já a presença de todos os senhores representantes desta instituição ora homenageada, como também de outras instituições financeiras que nos dão imenso prazer em compartilhar esta solenidade. Quero também saudar e parabenizar os valorosos colaboradores e clientes do Banco Mercantil do Brasil nesta noite tão importante para todos. Meus senhores, minhas senhoras, seletos auditórios, devo dizer-lhes da minha enorme satisfação em recepcioná-los, como também a S. Exa. o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa, nesta noite memorável para o Parlamento maior de Minas Gerais.

Legou-me o destino o privilégio maior de fazer esta saudação nesta noite, quando esta Casa Legislativa abre as portas de seu Plenário Juscelino Kubitschek para celebrar os 70 anos do Banco Mercantil do Brasil. Atendendo, assim, a requerimento de nossa autoria, que recebeu apoio unânime de todos os pares desta Casa, como também do ilustre presidente Dinis Pinheiro, é com muita alegria e enorme honra que recebemos os senhores e as senhoras, funcionários do Banco Mercantil do Brasil, diretoria, colaboradores, familiares, enfim, todos vocês, para esta merecida solenidade. É como justo reconhecimento ao testemunho vigoroso e pujante de uma trajetória de conquistas em prol do Estado de Minas Gerais e do Brasil que celebramos com vocês esta página bonita, aqui no Parlamento mineiro.

Em 1940, Carlos Drummond publica Sentimento do mundo, obra inaugural de seu vasto legado, mais ou menos na mesma época em que, em Curvelo, no Centro-Norte de Minas Gerais, empresários fundam o Banco Mercantil de Minas Gerais, adquirido em 1953 por Oswaldo de Araújo e Vicente de Araújo, mineiros da querida Dores do Indaiá, aqui representada pelo seu digno prefeito Ronaldo Costa, que cumprimentamos e a quem apresentamos as nossas sinceras homenagens. Não sei se Drummond conheceu os irmãos Araújo, mas me lembrei deste trecho do seu famoso “Ser mineiro”, que identifica o coração, o sentimento e o espírito dos fundadores do Banco Mercantil, o mais mineiro dos bancos.

Em 1953, a sagacidade e o pioneirismo dos novos adquirentes transferiu a sede do Banco Mercantil de Minas Gerais para Belo Horizonte, capital mineira. Esse foi o grande primeiro passo de uma trajetória de sucesso que, hoje, chega a sete décadas.

Sagazes, pioneiros, mas conservadores, sempre com o pé no chão, como todo bom mineiro deve ser, estava dada assim a largada de uma caminhada vitoriosa com todos vocês, que hoje testemunham nesta noite. De forma responsável, pensada paulatinamente, nas décadas seguintes, vai-se alicerçando o crescimento com a aquisição, na década de 1960, dos Bancos Santa Cruz e Metrópole do Rio de Janeiro. O banco amplia o número de suas agências e passa a atuar fora do Estado de Minas Gerais, para orgulho de todos os mineiros.

Em 1968, é inaugurado na Praça Sete de Setembro o edifício-sede, marco do segmento econômico-financeiro do Estado, tão respeitado por esta capital e por Minas Gerais. Na década de 1970, outros bancos foram incorporados, entre eles o Mercantil do Brasil, nome que passou a identificar o nosso banco mineiro pelo País afora. Minas Gerais saiu do nome, mas permaneceu no cerne, na alma do banco, que mineiramente, discretamente, com planejamento e segurança foi cumprindo seu destino de se tornar um grande banco. Na década de 1980, já com aproximadamente 100 agências, o Mercantil do Brasil é um dos bancos mais sólidos de Minas Gerais, com importância e reconhecimento no setor bancário e financeiro do País.

Sem o gigantismo das outras instituições, que a partir da globalização, perpetrada em meados dos anos 1990, foram engolindo os bancos menores, o Mercantil se reinventou, enfrentou as novas realidades do mercado, sempre apoiado na sua forte cultura interna, na austeridade, na criatividade, na experiência de seus funcionários, fiéis escudeiros. Graças à solidez conquistada, enfrentou a concorrência como Davi frente a Goliás e conseguiu ser exceção no setor, tornou-se o único banco de médio porte brasileiro ainda atuando no varejo, com rede de agências e sempre se esmerando no foco do respeito ao cliente.



Em 1999, marca e agências são revitalizadas, afirmando a imagem da instituição, que cresceu ao longo do século XX, mantendo-se com sólidos princípios e tradição, mas também sempre atual e moderna. No ano 2000, consolida-se uma instituição forte, valorizada, com foco na excelência do atendimento e na prestação do melhor serviço aos seus clientes, acionistas e usuários.

Projetos de responsabilidade socioambiental ganham impulso e notoriedade e demonstram a atuação do banco em prol do desenvolvimento da sociedade. A história de sucesso dessa instituição funda-se na sempre renovada missão de gerar soluções financeiras, com excelência e diferencial no relacionamento, remuneração adequada ao capital societário, recompensa justa ao capital humano e atuação socioambiental responsável.

Com o foco na sua missão institucional de perpetuar o negócio com segurança, rentabilidade e competitividade, lutando por todos os seus interesses e pelos interesses de seus clientes e acionistas de nosso estado e de nosso país, a cada dia o Banco Mercantil se tornou mais respeitado não somente em Minas como também no Brasil e no exterior.

O Banco Mercantil cresceu como Minas também cresceu. Ele cresceu com a economia mineira, consolidando-se como instituição de reconhecida importância para o Estado. Tornou-se um banco regional, e repito, o mais mineiro de todos os bancos.

Ocupando, assim, posição de destaque, o Banco Mercantil do Brasil, enfrentando todas as adversidades econômicas e financeiras do Brasil e do exterior, conseguiu sempre manter na vanguarda de sua credibilidade o sistema financeiro e demonstrar perante seus milhares de clientes e sócios a seriedade de suas operações. Durante essa longa e respeitada trajetória de 70 anos, sempre agiu com absoluta transparência e zelo em seus negócios e, com certeza, essa foi a fórmula do sucesso de 70 anos dessa gloriosa instituição financeira.

Hoje o Mercantil do Brasil opera com 185 agências, distribuídas pelos maiores centros urbanos do Brasil, com ênfase para a Região Sudeste, mas nasceu aqui no coração dos mineiros, do povo mineiro, do sentimento mineiro. E, para fora, através da mineiridade, essa credibilidade e transparência têm sido respeitadas por todos aqueles que acreditam nessa gloriosa instituição.

Ocupa, sim, com muita alegria e com muita honra, a 7ª posição em depósitos totais, segundo o “ranking” oficial do Banco Central, a 9ª em carteira de crédito e é o 12º maior em ativos totais.

Ao finalizar esta singela homenagem, meus caríssimos amigos, agradeço a honra de tê-los em nosso Plenário. Devo dizer que não poderia deixar, em nome do povo mineiro, do Parlamento de Minas Gerais, de parabenizar toda a equipe do Banco Mercantil do Brasil, a começar pelo seu presidente, Milton de Araújo, pelos seus vices Marco Antônio Araújo e Luiz Henrique Araújo, por cujo intermédio parabenizo as novas gerações da família Araújo, timoneiros destes novos tempos, como também a sua competente e dedicada diretoria executiva, sempre esforçada, incansável na formação desse sólido banco. Não poderia deixar de parabenizar também o seu vice-presidente executivo André Luiz Figueiredo Brasil, que entrou no banco como estagiário e hoje tem uma das mais caras representatividades no setor da instituição bancária. Parabenizo sua competente forma de conduzir a diretoria executiva. Mais uma vez, parabéns aos leais e não menos competentes funcionários que compõem toda essa Minas, neste momento tão importante da família Mercantil do Brasil, composta de mais de 3.500 colaboradores.

Ao consignar, assim, esta justa e merecida homenagem que a Assembleia Legislativa presta ao Banco Mercantil do Brasil, consideramos o exemplo de seus idealizadores e os resultados obtidos, deixando consignado em definitivo a transparência de uma família, de seus colaboradores e de todos aqueles que puderam acreditar nessa grande instituição.

Devo falar-lhes também da nossa satisfação, como agentes políticos, de ter essa instituição como patrimônio dos mineiros, orgulho do povo mineiro, pela sua representatividade, pela sua determinação e, principalmente, pela forma com que é tão sabiamente dirigida.

Caríssimo presidente Dinis, devo falar a V. Exa. da enorme satisfação que, tenho certeza, o coração do presidente desta Casa sente, como o nosso, em agasalhar, em recepcionar, em parabenizar toda a família Mercantil do Brasil. Parabéns. Que Deus os abençoe. Tenho certeza de que muito em breve comemoraremos o centenário desse grande banco, o banco dos mineiros, o patrimônio do povo de Minas. Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo, vice-presidente do Banco Mercantil do Brasil, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Criado na cidade de Curvelo nos anos 40 do século passado, o então chamado Banco Mercantil de Minas Gerais não demoraria a dar início a um prolífico conjunto de ações de expansão, transformando-se, em poucos anos, em um dos maiores conglomerados financeiros do País, o Banco Mercantil do Brasil. Ocupando excelentes posições no ranking do Banco Central, a instituição faz jus ao reconhecimento público das qualidades que sempre são associadas a seu nome: competência, solidez e confiabilidade. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta homenagem ao Banco Mercantil do Brasil pelo transcurso dos 70 anos de sua fundação”.

O presidente - Solicito a presença do amigo Dalmo Ribeiro, por favor.

Palavras do Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo

Exmo. Sr. presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro; Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Marcelo de Souza e Silva, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. vereador Pablo César, Pablito, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Ronaldo Antônio Zica da Costa, Prefeito Municipal de Dores do Indaiá; Sr. Teodomiro Diniz Camargos, Vice-Presidente da Fiemg; Sra. Maria Elvira, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas, Presidente da Associação das Caminhantes da Estrada Real; caríssimo Dr. Álvaro Teixeira da Costa; caríssimo Geraldo Teixeira da Costa Neto; jornalista Luiz Carlos Costa; amigos Dr. Ítalo Gaetanni e Dr. José Aloísio Teixeira de Souza; caros companheiros do Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil: Srs. Maurício de Faria Araújo, Marco Antônio Andrade de Araújo, Paulo Henrique Brant de Araújo, Hélio de Araújo, Renato Augusto de Araújo, José Carneiro de Araújo, José Ribeiro Vianna Neto, Milton Loureiro Júnior, Virgínio de Paiva Abreu, André Luiz de Figueiredo Brasil, Valci Braga de Resende, Roberto Assunção,



Fernando Machado de Carvalho e Delson de Miranda Tolentino, é com grande satisfação que hoje nos reunimos para as homenagens comemorativas dos 70 anos do Mercantil do Brasil, nesta Casa que abrigou ilustres figuras da história do nosso estado e que marcaram a história do País, como Milton Campos, Tancredo Neves, Pedro Aleixo e Artur Bernardes.

Nossa história se mistura à própria trajetória de desenvolvimento da economia de Minas Gerais. Naquele longínquo ano de 1943, a pequena cidade de Curvelo, cravada no coração do Estado, ganhava a primeira agência bancária do então Banco Mercantil de Minas Gerais. Eram tempos em que a economia do município buscava firmar-se em sua vocação agrícola.

Por sua vez, Minas Gerais se preparava para deixar de ser um estado eminentemente rural e se transformar na economia moderna e competitiva que é hoje, quando ocupa a posição de 3ª maior economia da Nação.

São muitos os exemplos dos avanços nesse período. Em menos de uma década, entre 1943 e 1952, Minas Gerais via surgir em seu solo promissoras empresas do porte da Companhia Vale do Rio Doce, Acesita, Mannesmann e Cemig, entre outras, abrindo o caminho para a industrialização e a ampliação da infraestrutura do Estado.

Por sua vez, o Mercantil do Brasil transformou-se em uma instituição com atuação destacada no varejo bancário nacional. Com uma rede de 200 agências, é hoje o 3º maior banco privado de capital nacional em número de agências e o 8º em volume de depósitos.

Nunca abandonamos a determinação pela busca do crescimento. Por um lado, mantínhamos uma postura mais conservadora diante de um mercado de muitas incertezas, mas, por outro, não deixávamos de perseguir nossas metas e nossos nichos de mercado.

A partir dos anos 2000, diante da consolidação da estabilidade monetária, da globalização econômica e do acirramento da competitividade no mercado financeiro, arregaçamos as mangas e lançamos um ambicioso programa de modernização e crescimento.

Sabíamos que manter o foco seria o elemento primordial para a continuidade do sucesso em um segmento tão dinâmico e competitivo como o setor bancário. Então focamos nossa atenção, nossos esforços e nossos investimentos no Estado de Minas Gerais, concentramos nossas atividades no crédito às pessoas físicas e às pequenas e médias empresas, segmentos que têm demonstrado ser a verdadeira locomotiva do crescimento da Nação.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que o banco vive hoje o melhor momento de sua história e está pronto para enfrentar novos desafios. Essa é uma exigência cada vez mais presente no mercado competitivo e em expansão. Os resultados positivos indicam que estamos no caminho certo. Nos últimos cinco anos, crescemos à taxa média de 16% ao ano, sendo que no último ano esse crescimento foi recorde, atingindo 32%, o dobro da média do mercado bancário nacional e cerca de quatro vezes o crescimento dos bancos privados. Atingimos a significativa marca de R\$14.000.000.000,00 em ativos totais, alcançando a 12ª posição entre os bancos privados.

Pois bem, senhoras e senhores, podemos dizer que vivemos hoje, após 70 anos de existência, os desafios de novos tempos, no momento em que a sociedade brasileira também clama por transformações. Vivemos um tempo de amadurecimento de nossos valores, sem abrir mão de uma postura ética, buscando sempre conciliar os desejos de nossos clientes, de nossos acionistas e de nossos funcionários, pois uma instituição financeira deve existir para ajudar os indivíduos a viabilizarem suas conquistas, materializadas pela realização de sonhos, projetos de vida e aspirações profissionais.

Não por outro motivo, sempre procuramos oferecer aos nossos funcionários um ambiente com qualidade de trabalho e perspectiva de crescimento profissional. Temos orgulho de contar com mais de 3.200 colaboradores, quase 50% deles oriundos de nosso vitorioso programa de estágios universitários. Apostamos na capacidade dos jovens, oferecendo-lhes oportunidade de trabalho e de crescimento profissional. Queremos não apenas desenvolver talentos, mas também retê-los conosco.

Vivemos um tempo de expansão, mas queremos muito mais do que isso. Queremos contribuir também para o passo mais importante rumo à construção de um projeto de nação - garantir o desenvolvimento econômico, social e ambiental da nossa sociedade.

Gostaria de ressaltar ainda que temos grande satisfação em afirmar tudo isso exatamente aqui, nesta Casa. Afinal estamos na mais democrática Casa do povo mineiro, onde o cidadão tem, de fato, poder e voz. Guardamos convicção da missão, que nos cabe, de valorizar e dar sequência aos sonhos dos ilustres bancários que iniciaram essa história com determinação e coragem, os saudosos tios Vicente e Oswaldo de Araújo.

Queremos agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo reconhecimento, por meio desta reunião especial, do papel do Banco Mercantil do Brasil em prol do desenvolvimento econômico e social do nosso estado.

Faço questão de encerrar esta manifestação reafirmando o compromisso que sempre orientou meu pai, Milton de Araújo, na condução firme e coordenada do Grupo Mercantil do Brasil, ao longo dos últimos 20 anos: preservar as tradições, os ideais e os sonhos daqueles que nos precederam; manter a ética e a segurança na condução dos negócios; respeitar os desejos e as necessidades dos clientes; agir com simplicidade, austeridade e determinação nas ações diárias.

Aos 70 anos estamos prontos para renovar nosso compromisso com acionistas, clientes, amigos, fornecedores, funcionários e toda a sociedade de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - O prefeito Ronaldo deseja fazer uma homenagem ao Banco Mercantil. Com a palavra, o Sr. Ronaldo.

Palavras do Sr. Ronaldo Antônio Zica da Costa

Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro. Agradeço muito o convite do deputado Dalmo Ribeiro para estar aqui hoje. Vou falar em nome de uma cidade inteira. Tenho 51 anos e me lembro dos meus últimos 40 anos. Estive várias vezes na fazenda do Oswaldo de Araújo, onde quase todo final de semana tinha festa. Agradeço a amizade que, durante tantos anos, ele e o meu pai tiveram, uma amizade muito fraterna. Em nome de Dores do Indaiá, agradeço também o emprego que o Banco Mercantil do Brasil gerou para tantos dorenses, que puderam sair de Dores do Indaiá para fazer a sua vida na capital. Quero cumprimentar a toda a família Araújo em nome do meu grande amigo Kleber Carvalho de Araújo, filho do saudoso Lafaiete e da D. Auzirinha. Desejo ainda que o Banco Mercantil prospere e que eu possa também ser convidado para o seu centenário. Gostaria de entregar, neste momento, uma singela placa da nossa cidade em agradecimento do nosso povo. Só tenho mesmo a agradecer, porque o Banco Mercantil fez parte da nossa história.



Tenho uma confecção em Dolores do Indaiá, que também gera emprego há 24 anos. Houve um momento muito crucial da nossa empresa, quando começamos a fazer serviço para fora: pegamos 20 mil camisas do Augusto Farias para fazer estamparia na sua campanha de deputado. Mas não tínhamos recursos e só poderíamos comprar essas camisas à vista. Então eu e a minha irmã Rosária Zica da Costa, em nome de quem também agradeço a Assembleia, estivemos no Banco Mercantil do Brasil - está ali o Amadeu Brasileiro -, que sequer pediu avalistas. Agora agradeço muito publicamente. Em nome dos nossos pais, quero ainda agradecer, porque ele disse o seguinte: "Sendo filhos de quem vocês são, não é necessário ter avalistas". Pegamos o dinheiro, compramos as camisas, fizemos o serviço e recebemos. Hoje estamos com 24 anos de empresa sólida, também sediada em Dolores do Indaiá. Portanto, agradeço em nome da cidade, em meu nome, em nome dos meus pais, enfim, de toda a minha família. Novamente parablenzo o banco, desejando-lhe sucesso. Que cresça e seja o primeiro do Brasil. Muito obrigado a todos. Boa noite.

- Procedese à entrega de placa ao Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo.

Palavras do Presidente

Eu realmente ia fazer um pronunciamento, mas acho que o assessor do deputado Dalmo redigiu o meu discurso, então, serei obrigado a fazer uma saudação breve, espontânea e com o coração. Até acho isso melhor e mais apropriado diante dessa história tão linda, que faz parte da história de Minas, que é orgulho dos mineiros. Essa história ultrapassou as fronteiras mineiras, e podemos falar, elevando a voz, que é o orgulho do povo brasileiro. Sendo assim, peço perdão e vou dispensar o discurso e as formalidades.

Quero saudar aqui, com muita alegria, com fraternidade, o vice-presidente do Banco Mercantil, Dr. Luiz Henrique, e a Sra. Gláucia Araújo. O Luiz Henrique é um empresário moderno, mas um moderno que consegue carregar, no seu peregrinar, na sua alma, a simplicidade do mineiro. É realmente um ser humano fantástico, simples. Falo que ele é o vencedor dos vencedores, porque sempre caminha na estrada da humildade. É muito bom! É uma satisfação enorme recepcioná-lo aqui e saber que essa instituição tão luminosa tem à frente um homem de sua estatura, de seu caráter e de seu espírito visionário. Continue brilhando para levar sorrisos aos mineiros e brasileiros.

Quero saudar o dileto amigo Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o nosso fraterno amigo, prefeito Marcio Lacerda - seja muito bem-vindo; o Exmo. Sr. vereador Pablito, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e o Exmo. Sr. Ronaldo Antônio Zica, prefeito de Dolores do Indaiá. Seja muito bem-vindo. É enorme a alegria de reencontrá-lo. Ser prefeito hoje é um ato de heroísmo. Devoto muito carinho e apreço à força municipalista.

Quero saudar o Sr. Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Fiemg, que também tem uma história muito bonita, venturosa. Falei com o Luiz Henrique que, para iniciarmos a reunião aqui, tem de haver uma presença feminina; isso virou lei. É uma alegria enorme recepcionar e ter ao nosso lado essa mulher encantadora. Sua saga é muito bonita, pois encantou a Casa do Povo e depois brilhou no Congresso Nacional. Hoje nos dá a honra de sua presença alegre e sempre terna: Maria Elvira, presidente da Associação das Caminhantes da Estrada Real. Ela dará um belíssimo presente de Natal a todos nós, à Assembleia de Minas. Já vou anunciá-lo aqui. Aquela bela exposição de Papai Noel que todo ano é feita na residência da Maria Elvira, na Pampulha, será feita aqui. Obrigado, Maria Elvira. Será um momento superespecial.

Quero saudar esse notável homem público valente muito experiente, qualificado, compromissado com o desenvolvimento, sempre semeando ideias altamente valiosas, autor do requerimento que deu origem a este evento contagiante para todos nós, o Deputado Dalmo. Por isso falo, com grande encantamento, que o Parlamento de Minas é o melhor parlamento do Brasil, obra dos seus servidores, obra dos deputados e das deputadas, recheado de virtudes e qualidades que a cada dia têm engrandecido a história de Minas. O deputado Dalmo é um desses obreiros, que dignifica a vida pública.

Quero saudar o Valci, caro amigo; todos os colaboradores dessa belíssima história, dessa belíssima família mineira. Quero abraçar os seus familiares: Sr. Oswaldo, Vicente, Sr. Milton Araújo. Conheci o Sr. Milton há pouco tempo. Eu estava renovando a minha carteira de habilitação e lá encontrei o Sr. Milton também buscando a renovação da sua carteira, com alegria, com espontaneidade, com vibração e paixão pela vida. Foi um momento muito bonito. Transmito-lhe o nosso abraço e carinho.

Quero saudar as senhoras, os jovens e aquele moço ali, o Dr. Álvaro. Perguntei ao Luiz Henrique: "Aquele é o Dr. Álvaro ou o filho dele? Ele está tão jovem, tão rejuvenescido".

Essa é a proeza do Banco Mercantil: tem feito uma história maravilhosa e ainda nos dá a rara alegria de contar com a simpatia, com a cordialidade e com a amizade do Dr. Álvaro. Ele é um ícone da imprensa de Minas. É uma história belíssima. Ele não precisa ficar com ciúme, porque o Estado de Minas é propriedade de cada um de nós, é patrimônio e orgulho dos mineiros. Parabéns, Dr. Álvaro. É uma alegria enorme revê-lo. Estou com saudades.

Quero saudar aqui o irmão Zeca, nosso amigo. Essa nova geração é ousada, renovada, idealista. É bom pai e filho juntos, o seu saber, a sua capacidade, a sua experiência aliadas à juventude, à ousadia, ao talento do Zeca. É por isso que temos oportunidade, quando há esse encontro de gerações, essa integração de gerações, de testemunhar belíssimas histórias como a do Banco Mercantil. São gerações e mais gerações, mas sempre conservando valores, sempre conservando princípios.

O Luiz Henrique foi muito precioso na sua fala, muito primoroso. Você precisa caminhar para frente, você precisa ser ousado, você precisa avançar, você precisa percorrer a estrada do desenvolvimento, precisa estar atento à nova demanda, às novas reivindicações, ao pensamento da sociedade, mas sempre carregando o que considero mais caro a cada um de nós: a simplicidade, a retidão, a integridade, a probidade, a correção.

Foi assim, amigo Luiz Henrique, que sempre procurei exercer a vida pública. Meu saudoso pai foi vereador, prefeito, açougueiro, motorista de ônibus, motorista de táxi, e o maior patrimônio que ele me deixou foi o exemplo de luta, de coragem, de devoção à vida, de devoção ao próximo, ao semelhante. Ele sempre falava: "Seja qual for a função, qual for a missão que o Pai Celestial lhe confiar, abraça-a com valor, com garra, com dedicação, com simplicidade, com uma vontade ilimitada de fazer o melhor". É assim que procuro exercer a vida pública. Falo que sou empregado dos mineiros e, como empregado, devemos procurar fazer algo positivo para melhorar a vida dos mineiros. Sei que vocês também têm essa vocação, esse compromisso com o próximo e com o semelhante.

Às vezes, muitos desconhecem a história, a força e a importância do segmento financeiro na vida de cada um de nós. Relembro, no governo Fernando Henrique Cardoso - e nada melhor que a presença de vocês, profissionais altruístas e dotados de inteligência -, que houve um socorro financeiro, salvo engano denominado Proer, muitas vezes criticado por uma parte da imprensa - naquele momento, houve uma participação muito contundente da oposição. “É um absurdo, isso é uma calamidade, isso não pode ser feito”. Hoje a sociedade brasileira está testando e reafirmando os acertos daquelas medidas naquele momento, porque o segmento financeiro é que toca a vida de cada um de nós; ele é que financia os nossos sonhos, que alimenta nossa caminhada, que nos dá força, que nos dá longa disposição, que segura nossa economia, que ajuda a gerar emprego, divisas, renda. É ele que nos ajuda e que se coloca como instrumento mais fabuloso e vigorante, e para quê? Para acabar com a miséria e para levar o que o banco esposou de forma muito espontânea: levar sorriso. É por isso que estamos aqui na estrada da vida, para propiciar uma tranquila colheita. Uma boa colheita de quê? De paz, de prosperidade e, acima de tudo, do que é mais precioso para cada um de nós: justiça social.

Amigo Genesco Aparecido, você é um grande gestor, tem uma história de vida muito bonita. É muito bom estarmos aqui na Casa do Povo reverenciando aqueles momentos mais primorosos da vida de Minas e da vida do Brasil. Essa é a Minas, a Minas que nos encanta, a Minas que apresenta caminho. O mineiro é isso: o mineiro é acanhado, é tímido, mas é muito solidário, generoso, cativante. Dando uma olhada para trás, na nossa história, verificamos o espírito altaneiro, a visão, em todas as formas, seja na área da educação, seja na cultura, seja na mineração, seja na política, seja no segmento financeiro. Quando falamos em segmento financeiro, é só revisitar a história, Zeca.

Em 1920, 1930, Clemente Faria, época em que o Dalmo advogava em Ouro Fino; Joãozinho Nascimento, ainda menino, tive o prazer de conhecer na nossa querida Ibitiré; Magalhães Pinto foi uma figura emblemática no setor financeiro, na economia; família Sales e família Guimarães. Esse é o mineiro. Dizem que o mineiro é capiau, que o mineiro não sabe das coisas. Mineiro é sinônimo de alegria, de espírito visionário, ousado e determinado. É o mineiro JK, é o mineiro Tancredo, esses mineiros que acabei de relatar, é o mineiro Aécio e é o mineiro Anastasia.

Ontem estava conversando com o governador Anastasia. Tive oportunidade de revê-lo e falei que feliz do Brasil, que tem um homem da sua estatura moral, feliz do País, que tem um homem do seu caráter, da sua simplicidade, da sua inteligência privilegiada. Quando conversamos com o governador Anastasia, ficamos com a alma leve, ficamos renovados para continuar o enfrentamento das adversidades da vida. É por isso que todos nós estamos testemunhando essa história de Minas, essa história do Brasil e essa história do Banco Mercantil. A história se faz assim. É uma história forjada em bons princípios, em valores supercaros. Hoje nós temos a oportunidade de celebrar e de reverenciar os 70 anos do Banco Mercantil. São 70 anos de brio, de brilho, de luta, de abnegação, de prosperidade, de compromisso com a economia e com o desenvolvimento social. Eu até estava dizendo ao Marcelo e ao deputado Dalmo que o banco tem de gerar lucro, a empresa tem de gerar lucro, mas o grande valor de qualquer instituição, de qualquer banco, de qualquer empresa é quando ela é dotada de responsabilidade social, carrega como diretriz máxima a generosidade e a solidariedade. O Banco Mercantil, todos sabemos, tem abraçado causas sociais belíssimas, da mesma forma como o Estado de Minas. Quero aproveitar e mandar um abraço fraterno a D. Nazaré. É isso que eleva a vida de cada um de nós. E é isso que eleva a história de Minas Gerais.

Portanto, quero, ao finalizar estas minhas singelas palavras, transmitir o nosso carinho, a nossa fraternidade, o nosso reconhecimento de uma história incontestável de trabalho, de prosperidade e de desenvolvimento. Que as próximas gerações dessa família mineira continuem nos enchendo de alegria e de prosperidade, conforme o deputado Dalmo disse. Certamente haverá de ser uma história de sucesso, pois haverão sempre de carregar esses valores tão caros da simplicidade, da cordialidade, da retidão e do caráter.

Luiz Henrique, é muito bom estar aqui ao seu lado. É um momento de júbilo e de enorme contentamento. Isso nos dá força para continuarmos o exercício da vida pública, procurando fazer o bem e nos inspirando no exemplo de cada um de vocês, na lucidez e na nova mentalidade de agir. É dessa maneira que vamos dar a nossa contribuição para construirmos uma Minas melhor, para construirmos um Brasil mais fecundo e mais luminoso.

Portanto, deixo aqui um abraço especial à família Mercantil, ao Luiz Henrique, aos seus irmãos, aos familiares, aos tios e parentes. É realmente um orgulho enorme estar aqui ao lado de vocês. É um orgulho enorme presidir esta reunião. O Luiz me agradeceu, me disse “obrigado por essa homenagem”, mas sou eu quem agradece. Minas é que agradece. Hoje, às 6 horas, saí cedo, pois tinha compromisso em Teófilo Otôni, e voltei com a maior alegria, com a maior ansiedade e com o maior entusiasmo para participar deste momento rico e de enorme aprendizado para mim, para o deputado Dalmo, para todos os deputados e para Minas Gerais. Portanto, Luiz, não é nenhum sacrifício, é uma alegria estar aqui ao seu lado. É uma alegria estar neste ambiente tão aconchegante e tão virtuoso.

Um abraço fraterno ao Banco Mercantil, orgulho de Minas e patrimônio do povo brasileiro. Tenho certeza absoluta de que essa instituição haverá de nos reservar tantas outras páginas de prosperidade, de luz e de alegria. Como sempre gosto de falar, aquele mais belo destino que nos aguarda, o destino da justiça social. Que Deus abençoe. Paz, alegria, saúde, e viva esse grande patrimônio dos mineiros e das mineiras. Viva o Banco Mercantil. Parabéns.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir mais uma apresentação do Trio Amadeus, que nos brindará com a interpretação das músicas “Ameno”, de Eric Lévi; “Por una cabeza”, de Carlos Gardel; e “Là ci darem la mano”, de Mozart.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns! Lindo!

A Assembleia agradece a todos. Foi muito bom estar ao lado de vocês. Que Deus os abençoe, muita luz e muito sucesso. Parabéns, Luiz. Leve um abraço fraterno ao seu pai e até a próxima, até os 100 anos, se Deus quiser. Um grande abraço.



Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2013

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Lafayette de Andrada e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.111/2012 (Deputado Sargento Rodrigues) e 3.720/2013, ambos no 1º turno (Deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 33/2012 e os Projetos de Lei nºs 752 e 2.332/2011, todos no 1º turno, são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.316/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ivair Nogueira em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir os problemas de segurança nas proximidades da Praça Hugo Werneck, situada na área hospitalar de Belo Horizonte, em razão do grande número de ocorrências de crimes contra o patrimônio; Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia para debater os desdobramentos das 30 propostas prioritárias aprovadas no documento final do Fórum Técnico Segurança nas Escolas - Por uma Cultura de Paz, em 2011; Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública das Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos para debater sobre a criação de Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais, tendo em vista diversas denúncias de prática de crimes inerentes a discriminação racial, étnica, religiosa e de outras formas de violação de direitos fundamentais no Estado; João Leite, Lafayette de Andrada e Rômulo Viegas (3) em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir o aumento da violência no transporte intermunicipal e interestadual em Minas Gerais e para debater as medidas efetivadas pelos órgãos e entidades participantes da 6ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 9/4/2013; seja encaminhado aos Srs. Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Sérgio Barboza Menezes, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; Davi Stanley Bonfim Dias, Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais; Cláudio Renê Valadares Lobato, Coordenador de Infraestrutura da Agência Nacional de Transportes Terrestres - Unidade Regional de Minas Gerais; ao Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da Polícia Militar; aos Srs. Cylton Brandão da Matta, Chefe da Polícia Civil; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; e Luiz Carlos Gontijo, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Minas Gerais pedido de providências para a formação de uma força-tarefa com a finalidade de combater o aumento da violência e da criminalidade no transporte intermunicipal e interestadual, bem como o transporte clandestino no Estado; sejam encaminhadas ao Ministro da Justiça e ao Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados cópias das notas taquigráficas da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, para conhecimento; Sargento Rodrigues (11) em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no Batalhão de Polícia Militar de Jaguariáiva, no Estado do Paraná, que participaram da operação que culminou na prisão em flagrante de criminoso que cometeu latrocínio contra o engenheiro químico João Gabriel Camargos, em assalto ao ônibus que fazia a linha Poços de Caldas a Belo Horizonte; seja encaminhada manifestação de aplauso ao Sr. Ailton Pereira, Delegado, e a sua equipe, formada pelo inspetor Eduardo Rampazo e pelos investigadores Gustavo Lúcio Sales, Aroldo Souza Arcaño e Roosevelt Sanie da Silva, pela investigação e elucidação do crime que vitimou o engenheiro químico João Gabriel Camargos; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 35º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de um jovem que gerenciava a venda de drogas na região de Santa Luzia e na apreensão de 5kg de maconha, 1kg de cocaína, cinco mil pinos para armazenar cocaína e uma balança de precisão; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. Rotam pela participação em operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de adolescente, de 257 pedras de crack, de 1.243 pinos de cocaína, além de vários materiais utilizados para o tráfico de drogas no Aglomerado da Serra; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 82ª Cia. do 14º BPM, na 2ª Cia. Rotam e na 1ª Cia. M ESP pela participação em operação que culminou na prisão de uma quadrilha especializada em roubos a bancos, oriunda do Estado de São Paulo, que havia arrombado um caixa eletrônico da agência do Banco Santander, em Ipatinga; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 143ª Cia. do 14º BPM pela participação em operação que culminou na identificação e na prisão de quadrilha que pretendia arrombar caixas eletrônicos e assaltar bancos e estabelecimentos comerciais na região de Ipatinga; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. do 1º BBM e na 123ª Cia. do 22º BPM, pela bravura no salvamento de uma idosa em um incêndio criminoso no Aglomerado do Morro do Papagaio, no Bairro Vila Barragem Santa Lúcia; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares e civis lotados, respectivamente, no Batalhão Rotam e no Instituto de Criminalística da Polícia Civil, pela participação em operação que culminou na identificação e no fechamento da rádio clandestina denominada Voz da Periferia,



utilizada por traficantes da organização criminosa Arara, cujos apresentadores informavam aos marginais sobre a presença de policiais no Aglomerado Cafezal, no Bairro Serra, nesta Capital; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 2ª Cia. Rotam pela participação em operação que culminou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de 40kg de maconha na Vila Sumaré, região Noroeste da Capital; seja encaminhado ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para a elevação do 7º Pelotão BM de Ituiutaba a Companhia; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados no 31º BPM pela participação em operação que culminou na prisão de três pessoas que explodiram um caixa eletrônico no Município de Conselheiro Lafayette. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 11/4/2013, às 10 horas, destinada a apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, no 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2013.

Sargento Rodrigues, presidente - Cabo Júlio - Lafayette de Andrada.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/5/2013

Às 16h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, Carlos Henrique e Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Almir Paraca, presidente da Comissão Extraordinária das Águas, convidando os membros desta comissão para participarem das audiências públicas que acontecerão no interior do Estado; e da Sra. Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Jequitinhonha, publicado no “Diário do Legislativo” em 23/5/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizado debate público com a finalidade de analisar e discutir as propostas do Poder Executivo Federal para o setor minerário, assim que elas forem encaminhadas ao Congresso Nacional para exame e deliberação. Conforme art. 173, incisos III e IV do Regimento Interno, são prejudicados os requerimentos dos deputados Carlos Pimenta, Paulo Guedes e Paulo Lamac (2) em que solicitam sejam encaminhados à Cemig pedido de providências para que se suspenda a cobrança de energia elétrica dos moradores das Ilhas do Rio São Francisco que tiveram as placas de energia fotovoltaicas roubadas e, também, daqueles que não contam com o fornecimento de energia, tendo em vista que as placas não funcionam e, ainda que seja providenciada a retirada do nome desses moradores dos sistemas de proteção ao crédito SPC e Serasa; e pedido de providências para que as placas de energia fotovoltaicas instaladas nas Ilhas do Rio São Francisco sejam substituídas pelo sistema convencional de distribuição de energia. É adiada a votação, a pedido do deputado Duarte Bechir, do requerimento do deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o custo da energia elétrica no Estado para consumidores residenciais urbanos e rurais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Sávio Souza Cruz, presidente – Carlos Henrique – Liza Prado.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/7/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Liza Prado (substituindo o deputado Juninho Araújo, por indicação da Liderança do BTR) e o deputado Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 286/2011, 4.024, 4.031, 4.043, 4.057, 4.066, 4.071, 4.073, 4.093 e 4.104/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento e prestação de serviços no Ipsemg no Vale do Aço; Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater a unificação do processo de escolha dos membros do conselho tutelar no Estado, nos termos estabelecidos pela Lei Federal nº 12.696, de 2012, bem como para debater o Projeto de Lei nº 3.950/2013; para debater o Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual do Idoso; e para discutir as dificuldades encontradas pelos profissionais e prestadores de serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, bem como os impactos para o público usuário de tais especialidades no Estado; Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas para debater a qualidade do atendimento ao idoso no transporte gerenciado pelo DER-MG na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial sobre a possibilidade de transposição da roleta pelo idoso; Duarte Bechir (3) em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária desta Comissão à Presidência da Cemig e ao Ministério Público do Trabalho, para conhecimento; seja encaminhado à



Presidência da Cemig S pedido de providências para promover cursos de capacitação e orientação profissional aos egressos do Programa de Demissão Involuntária - PDI - , bem como para envidar esforços para a realocação desses profissionais em empresas contratadas pela Cemig, em atividades similares; e seja encaminhado à Presidência da Cemig S pedido de providências para a reabertura do prazo de adesão ao PDI levado a efeito pela referida empresa. São recebidos pela Presidência os requerimentos dos deputados Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o contrato e a prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes; e Sargento Rodrigues (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater as violações dos direitos trabalhistas dos servidores apostilados aposentados pelo Ipsemg, em virtude da inadequada aplicação da Lei Delegada nº 175, de 2007, e o retrocesso na garantia desses direitos; e para debater a situação funcional dos servidores terceirizados desta Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Rosângela Reis, presidente – Neilando Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/7/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão e João Leite (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Maria Tereza Lara e do deputado André Quintão em que solicitam seja realizado debate público para discutir a municipalização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sensibilizar as prefeituras municipais para aderirem a esses objetivos; e do deputado André Quintão (3) em que solicita seja realizado debate público para discutir o Projeto de Lei nº 276/2011, que modifica a Lei Florestal do Estado de Minas Gerais; seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater o referido projeto; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a previsão das intervenções anunciadas pelo governo do Estado, custeadas com recursos do Tesouro Estadual, no contrato de parceria público-privada da Rodovia MG-050, celebrado com a concessionária Nascentes da Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2013.

André Quintão, presidente - João Leite - Luzia Ferreira.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013

Às 15h29min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Leonardo Moreira e Rômulo Viegas (substituindo este ao deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Romel Anízio e Zé Maia. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a enaltecer o trabalho dos policiais civis da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora pela prisão de três homens e de uma mulher envolvidos no tráfico de drogas. O presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.674/2011, no 2º turno (deputado Sargento Rodrigues). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Carlos Eduardo Santos Rodrigues, delegado de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Rogério Marinho Junior, investigador de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Leonardo Gomes Leal, investigador de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Valuce Alonso Moretto, investigador de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Raphael Pereira Neto Luz, Investigador de Polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Bruno Augusto Oliveira do Morin, investigador de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; Rafael Ramos dos Santos, escrivão de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora; e Douglas de Lima Alves, escrivão de polícia da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Sargento Rodrigues (4), em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 2ª e na 3ª Delegacias Especializadas Antidrogas pela participação em operação que culminou na prisão de três homens suspeitos de tráfico de drogas e armas no Centro de Belo Horizonte; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados no 3º Departamento de Polícia Civil em Vespasiano, na 3ª Delegacia Regional de Vespasiano e na Delegacia de Polícia da Comarca de Lagoa Santa pela participação em operação que, no dia 22/6/2013, foi designada

para cumprimento de 21 mandados de prisão e 19 mandados de busca e apreensão na cidade de Lagoa Santa; seja encaminhado ao corregedor de Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a imediata apuração dos supostos atos de abuso de autoridade e assédio moral praticados pelo delegado Ewerton Evangelista, lotado na cidade de Rio Paranaíba; e seja encaminhado à Presidente da República, ao ministro da Justiça, a Secretária Nacional de Segurança Pública e ao deputado Federal Weliton Prado, relator do Planejamento e das Obras do Orçamento da União, pedido de providências para que seja incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 - LDO - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na segurança pública. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

João Leite, presidente - Cabo Júlio - Sargento Rodrigues - Lafayette de Andrada.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA TELEFONIA, EM 9/7/2013

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, João Leite, Sargento Rodrigues e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Nesse momento, a presidência suspende a reunião. Às 16h46min, com a presença dos deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, João Leite, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anizio e Sargento Rodrigues, membros da comissão, a reunião é reaberta. Está presente, também, o deputado Célso Moreira. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão, acusa o recebimento e faz a leitura de correspondência dos Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia, e Cesar Rômulo Silveira Neto, secretário-geral do Sinditebrasil, ambos encaminhando informações para subsidiar os trabalhos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos (15), de autoria dos membros da comissão, em que solicitam sejam convidados a prestar esclarecimentos representantes dos seguintes órgãos ou empresas: 1º) Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; 2º) Associação Mineira de Municípios – AMM; 3º) Vivo Regional Minas; 4º) Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; 5º) Oi; 6º) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL - de Belo Horizonte; 7º) Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel; 8º) Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido; 9º) Teleco Comunicação; 10º) Sinditebrasil; 11º) CTBC/Algar Telecom; 12º) Claro; 13º) Tim; 14º) Promotoria de Justiça de defesa do Consumidor; e 15º) Procon Municipal de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Ulysses Gomes, presidente – João Leite – Sargento Rodrigues – Lafayette de Andrada.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Juarez Távora (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BAM), Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do BMSC) e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rômulo Viegas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A Presidência suspende os trabalhos. Às 16h40min, estão reabertos os trabalhos. Registra-se a presença da deputada Liza Prado e dos deputados Fred Costa e André Quintão (substituindo o deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do BMSC). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 447/2011, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, no 2º turno, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.378/2011 (relatora: deputada Liza Prado) e 3.367/2012 (relator: deputado André Quintão) na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Liza Prado, presidente - Vanderlei Miranda - Duílio de Castro.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo a deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Almir Paraca e Carlos Mosconi (substituindo este ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir



Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Mosconi, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 16h54min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Ana Maria Resende e dos deputados Gustavo Perrella e Dalmo Ribeiro Silva. Suspende-se a reunião. Às 17h48min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da liderança do MSC) e dos deputados Gustavo Perrella, Bosco (substituindo este à deputada Ana Maria Resende, por indicação da liderança do BTR) e Luiz Henrique (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BTR). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.609/2013 (deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.869/2013 (deputado Luiz Henrique), ambos no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, na forma do vencido no 1º turno, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.609/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 3.869/2013 (deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.061/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Braulio Braz, presidente - Maria Tereza Lara - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Ulysses Gomes e Juarez Távora (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.257 (Adalclever Lopes); 1.731/2011 e 3.012/2012 (deputado Jayro Lessa); 1.036, 1.568 e 2.203/2011 e 3.621/2012 (deputado João Vítor Xavier); 1.346, 1.794, 2.338/2011 e 2.887/2012 (deputado Lafayette de Andrada); 2.964/2012 e 3.687/2013 (Romel Anízio); 370, 2.276/2011 e 2.923/2012 (deputado Ulysses Gomes); 3.248/2012 e 3.754/2013 (deputado Zé Maia), no 1º turno. Suspende-se a reunião. Às 17h16min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada e Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.311/2011 é retirado de pauta por determinação do presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.748/2011 e 4.039/2013 (relator: deputado João Vítor Xavier); 3.912/2013 (relator: deputado Jayro Lessa); 3.977/2013 (relator: deputado Adalclever Lopes) e 4.213/2013 (relator: deputado Zé Maia), todos na forma do vencido no 1º turno; 3.540/2012 na forma do Substitutivo nº 1; e 3.968/2013 na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Lafayette de Andrada); 3.978 e 3.038/2013 (relator: deputado Ulysses Gomes); 4.037/2013 (relator: deputado Lafayette de Andrada); 4.107/2013 (relator: deputado Jayro Lessa) e 4.108/2013 (relator: deputado Adalclever Lopes); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.342/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Lafayette de Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.050/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Adalclever Lopes - Glaycon Franco - Sebastião Costa - Romel Anízio.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício da Sra. Maria José Toledo Barreiros e outros (4/7/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 3.948/2013 (relator: deputado Duarte Bechir). Suspende-se a reunião. Às 16h47min, são reabertos os trabalhos. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno dos Projetos de Lei nºs



880/2011 e 3.842/2013 (relator: deputado Bosco) e 3.694/2013 (relator: deputado Duarte Bechir). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos deputados Duarte Bechir e Bosco e da deputada Maria Tereza Lara, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à secretária de Estado de Educação pedido de providências para que sejam realizadas as correções de possíveis injustiças que possam estar sofrendo os professores apostilados como superintendentes de ensino e diretores de escolas, bem como seja anexada cópia da correspondência da Sra. Maria José Toledo Barreiros e outros, lida na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia no dia 10/7/2013. Requerem ainda seja enviada cópia dessa proposição ao Sr. Marcos Márcio Caiaffá Fagundes, representante dos signatários da correspondência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2013.

Maria Tereza Lara, presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2013

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Maria Resende (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista por indicação da Liderança do BTR) e os deputados Lafayette de Andrada e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei n°s 4.086/2013, 2.099 e 2.680/2011, 3.124, 3.131, 3.278, 3.354, 3.466, 3.514, 3.590 e 3.681/2012, 3.688, 3.812 e 3.918/2013 (deputada Ana Maria Resende); Projeto de Resolução n° 4.163/2013 e Projetos de Lei n°s 243, 348, 375, 524, 606, 675, 693, 725, 996, 1.326 e 1.886/2011 (deputado Lafayette de Andrada); 428 e 2.378/2011, 3.367, 3.540 e 3.609/2012 e 3.694/2013 (deputado Duarte Bechir) e 3.842, 3.869, 3.912, 3.948, 3.968 e 4.213/2013 (deputado Rômulo Viegas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final do Projeto de Resolução n° 4.163/2013 e dos Projetos de Lei n°s 243, 348, 375, 524, 606, 675, 693, 725, 996, 1.326, 1.886, 2.099 e 2.680/2011, 3.124, 3.131, 3.278, 3.354, 3.466, 3.514, 3.590, 3.681, 3.688, 3.812 e 3.918/2013. Suspende-se a reunião. Às 12h5min são reabertos os trabalhos com as presenças dos deputados Gilberto Abramo, Rômulo Viegas (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro por indicação da Liderança do BTR) e Duarte Bechir (substituindo o deputado Deiró Marra por indicação da Liderança do BTR). O deputado Duarte Bechir apresenta requerimento em que solicita seja o Projeto de Lei n° 4.086/2013 apreciado em último lugar na pauta, o que é aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres de redação final dos Projetos de Lei n°s 428, 2.378 e 2.748/2011, 3.367, 3.540, 3.609, 3.694, 3.842, 3.869, 3.912, 3.948, 3.968 e 4.213/2013. Suspende-se a reunião. Às 12h56min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Ana Maria Resende (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista por indicação da Liderança do BTR) e dos deputados Luiz Henrique (substituindo o deputado Deiró Marra por indicação da Liderança do BTR) e Gilberto Abramo. Após discussão e votação é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 4.086/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião de logo mais às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Doutor Wilson Batista, presidente - Luiz Humberto Carneiro - Gilberto Abramo - Sebastião Costa - Mário Henrique Caixa.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/7/2013

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Fábio Cherem e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos n°s 5.013, 5.049, 5.144 e 5.149/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Paulo Lamac (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para discutir os desafios da mobilidade urbana nos aglomerados e favelas; e os termos do instrumento convocatório da concorrência pública n° 2/2012 da BHTrans, cujo objeto foi a delegação onerosa de 545 permissões do serviço de transporte de táxi do Município de Belo Horizonte, neste registrando-se o voto contrário do deputado Fábio Cherem (2); e que seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa pedido para que seja viabilizada a participação desta comissão na organização e na realização do seminário "Para avançar na regularização fundiária urbana em Minas Gerais - consolidando políticas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana no Estado de Minas Gerais"; Almir Paraca em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta para o reconhecimento oficial da Estrada Parque Guimarães Rosa, como forma de beneficiar o turismo ecocultural e fortalecer a identidade cultural do Mosaico Sertão



Veredas-Pereaju. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2013.

Elismar Prado, presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/7/2013

Às 9h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Rogério Correia, Duarte Bechir, Luiz Henrique (substituindo o deputado Rômulo Viegas, por indicação da Liderança do BTR) e Paulo Guedes (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do MSC), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, deputado Rogério Correia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Inês Pereira dos Santos, Gerente-Geral de Relações Institucionais da Agência Nacional de Saúde Suplementar (substituta), prestando informações relativas ao Ofício nº 620/2013/SGM; e do Sr. Luiz Alberto A. Souza, chefe de gabinete do deputado federal Aelton Freitas, acusando o recebimento do Ofício nº 1.400/2013/SGM e da “Carta de Parlamentares pela Paz na Colômbia”; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil; do Pastor Marco Feliciano, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; dos Srs. Renato Patrício Teixeira, Corregedor-Geral de Polícia Civil (5/7/2013); Rodrigo Bossi de Pinho, delegado de Polícia Civil (6/7/2013); da Sra. Janaina de Andrade Dauro, promotora de justiça; dos Srs. Leonardo Otávio da Costa Farias, delegado de polícia da Delegacia Especializada em Homicídios de Venda Nova; Luiz Roberto Franca Lima, promotor de justiça e coordenador da 9ª PJM; Rogério de Castro Cedrola Júnior, delegado de polícia (11/7/2013); Douglas Szefer, diretor de Gestão Interna da Presidência da República (substituto); Leandro Guimarães Guedes, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro da Justiça; Ricardo Hernale Lacerda Gonçalves de Oliveira, corregedor adjunto do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (12/7/2013). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.012/2012, no 1º turno, e designa como seu relator o deputado Zé Maia. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.131/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do deputado Paulo Guedes (2) em que solicita seja realizada audiência pública conjunta desta comissão e da Comissão de Segurança Pública, no Município Manga, para obter esclarecimentos sobre a investigação policial do desaparecimento do Sr. Álvaro Rocha, ocorrido em 23/5/2013 nesse município; seja realizada audiência pública para debater as denúncias de assédio moral e sexual sofrido por servidores da Superintendência Regional de Ensino de Januária, praticadas, em tese, por seu superintendente; dos deputados Rogério Correia, Paulo Guedes e Luiz Henrique (6) em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Defesa Social, ao chefe da Polícia Civil e ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre a apuração da morte do Sr. Horácio Marcos dos Santos, ocorrida em 18/2/2013, no Município de São João do Paraíso; seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas ao reforço do contingente policial civil e militar e a novas viaturas policiais para os municípios que fazem fronteira com o Estado da Bahia; seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à nomeação de delegado de Polícia Civil para todos os municípios do Alto Rio Pardo de Minas; sejam encaminhadas ao corregedor-geral de Polícia Civil as notas taquigráficas da 2ª Reunião Conjunta desta comissão e da Comissão de Segurança Pública, com pedido de providências para agilizar o inquérito que investiga o desaparecimento de Emily Ketlen Ferrari, ocorrido em 4/5/2013, e afastar os policiais civis Elton Reis e Samuel Castro Inácio, lotados na Delegacia de Polícia Civil de Rio Pardo de Minas, das investigações desse delito; seja encaminhado ao corregedor-geral da Polícia Militar pedido de providências para apurar denúncia de violência policial praticada contra Ivanilde Francisca Soares e Gilson Moreira Francisco Soares, supostamente ocorrida no dia 16/9/2013, em Santo Antônio do Retiro; seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de providências para o afastamento dos supracitados policiais civis das investigações do desaparecimento da menor Emily Ketlen Ferrari. É recebido requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público; à Sra. Josely Ramos Pontes, promotora de justiça de Defesa da Saúde; e à ouvidora de saúde da Ouvidoria-Geral do Estado, os documentos que menciona, entre os quais carta que contesta as denúncias realizadas em desfavor da instituição Hospitalidade Integral do Cepai - Centro Psíquico da Adolescência e Infância. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Rômulo Viegas – Duarte Bechir – Sargento Rodrigues.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/8/2013

Às 15h4min, comparece na Sala das Comissões o deputado Paulo Lamac, membro e presidente da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é



subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a debater os termos do instrumento convocatório da concorrência pública nº 02/2012 da BHTrans, cujo objeto foi a delegação onerosa de 545 permissões do serviço de transporte de táxi do Município de Belo Horizonte, e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ramon Victor Cesar, diretor-presidente da Bhtrans; Leonardo Duque Barbabela, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público; José Estêvão de Jesus de Paulo, presidente da Associação dos Condutores Auxiliares de Táxi; Bruno Simões da Rocha Pinto, presidente do Sindicato das Empresas Locadoras de Táxi; Eduardo Caldeira, presidente da Associação Brasileira de Taxistas, e Claudiney O. Leite - presidente do Sindicato dos Taxistas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Anselmo José Domingos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2013.

Luzia Ferreira, presidente - Hely Tarquínio - Pompílio Canavez.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/8/2013

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir as medidas de combate à violência contra crianças e adolescentes no Estado e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Leonila do Matusinho Sousa solicitando providências com relação a denúncia de violência e abuso de autoridade praticados contra si por policiais militares no Município de Divinolândia de Minas; e dos Srs. Mario Heringer, deputado federal, acusando o recebimento da “Carta aos Parlamentares pela Paz na Colômbia”; e Leandro Guimarães Guedes, chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Justiça, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 17ª Reunião Extraordinária desta Comissão; e de correspondência publicada no “*Diário do Legislativo*”, na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Pedro Henrique Rabelo Bezerra, delegado regional de Polícia Civil de Itajubá (18/7/2013); das Sras. Raimunda Helena Nahum Gomes, chefe de gabinete do Incra; Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; e dos Srs. Eduardo Andrade, desembargador do Tribunal de Justiça; e Djalma Bastos de Moraes, presidente da Cemig (19/7/2013). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Andréa Aparecida Alves da Cunha Soares, delegada de polícia da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente, representando o Sr. Cylton Brandão da Matta, chefe da Polícia Civil; Danúbia Helena Soares Quadros, delegada de polícia, representando o Sr. Jeferson Botelho Pereira, superintendente de Investigações e Polícia Judiciária; Laise Aparecida Rodrigues, delegada de polícia da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, representando a Sra. Ana Maria dos Santos Paes da Costa, delegada regional de Polícia Civil de Contagem; Isabella Carolina Ferreira Filaretti, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal de Contagem; e dos Srs. Carlos Eduardo Vaz de Oliveira, delegado de polícia civil da Delegacia Especializada de Proteção e Orientação à Criança e ao Adolescente de Contagem; Carlos José e Silva Fortes, promotor de justiça na Comarca de Divinópolis, que são convidados a tomar assento à mesa. O deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que suscitou o debate, tece suas considerações iniciais. A presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Durval Ângelo (2) em que solicita seja realizada audiência pública, convidando-se as Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Segurança Pública, para debater a política estadual de direitos humanos a partir do monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, relativos a essa política; e seja realizada audiência pública para discutir a celebração, no Estado, do Dia Internacional dos Povos Indígenas, comemorado no dia 9 de agosto e instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução nº 49/214, de 23/12/1994; Rogério Correia em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao coordenador do CAO-DH pedido de providências para apuração de ameaça de morte ao Sr. Adair Pereira de Almeida, conforme denúncia recebida em gabinete; e dos Deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Sargento Rodrigues e Duarte Bechir em que solicitam seja realizada audiência pública para ouvir os representantes do Movimento Carlos Chagas - Vereadores Unidos por Justiça Social, composto por vereadores de 25 municípios, a respeito de denúncias sobre a suposta falta de motivação das perícias realizadas pelo INSS, que resultam no indeferimento de benefícios solicitados por segurados desse Instituto, bem como dos maus serviços prestados. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, 13/8/2013****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, da deputada Ana Maria Resende, que estabelece a restrição aos profissionais da área de saúde que atuam no âmbito do Estado de utilizarem equipamentos de proteção individual com os quais trabalham - tais como jalecos e aventais - fora do seu ambiente de atuação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.185, 5.186, 5.201, 5.210, 5.262, 5.265, 5.266, 5.268/2013, do deputado Cabo Júlio; 5.202, 5.223, 5.225/2013, da deputada Liza Prado; 5.217, 5.218, 5.235, 5.236/2013, do deputado Sargento Rodrigues; e 5.270/2013, do deputado Carlos Henrique.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre os prazos para a conclusão das obras de pavimentação do Processo referente ao trecho que liga o Distrito de Senhora do Carmo, em Itabira, ao Município de Itambé do Mato Dentro.

Convidados: Carlos Melles, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Marco Antônio Rebelo Romanelli, advogado-geral do Estado de Minas Gerais; José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG; Damon Lázaro de Sena, prefeito municipal de Itabira; José Elísio de Oliveira Duarte, prefeito municipal de Itambé do Mato Dentro; Juvenil Ferreira da Silva, vice-prefeito municipal de Itambé do Mato Dentro; Rodrigo Alexandre Assis Silva, presidente da Câmara Municipal de Itabira; Eder Simões de Jesus, presidente da Câmara Municipal de Itambé do Mato Dentro; Francisco Monteiro Neto, responsável técnico da Construtora RTM Ltda.; e José Eduardo Gomes, presidente da Associação de Turismo de Itambé do Mato Dentro.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 628/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.815/2011, do deputado Fábio Cherem; 3.394/2012, da deputada Ana Maria Resende; 3.666/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.052/2013, do deputado Marques Abreu; e 4.208/2013, do deputado Sargento Rodrigues.



Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.441/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.633/2012, do deputado Sávio Souza Cruz; 3.731/2013, do deputado Rômulo Viegas; 3.944/2013, do deputado Duílio de Castro; 3.988/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 4.091/2013, do deputado Carlos Mosconi; 4.144/2013, do deputado Hely Tarquínio; 4.265 e 4.267/2013, do deputado Paulo Guedes; 4.275 e 4.278/2013, da deputada Rosângela Reis; e 4.290/2013, do deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.277/2013, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.204/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.237/2013, do deputado Duarte Bechir; 5.264/2013, da deputada Liza Prado; e 5.279/2013, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.187/2013, do deputado Paulo Lamac; 5.207, 5.208, 5.232, 5.233, 5.261 e 5.275/2013, do deputado Ivair Nogueira; 5.224 e 5.228/2013, da deputada Liza Prado; e 5.230/2013, do deputado Duarte Bechir;

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.139/2013, do deputado Fabiano Tolentino, 4.196/2013, do deputado Bosco, e 4.216/2013, do deputado Mário Henrique Caixa.

Requerimentos nºs 5.238/2013, do deputado Mário Henrique Caixa, e 5.267/2013, do deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.041/2012, do deputado Arlen Santiago; 3.789/2013, do deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia: Requerimentos n°s 5.188 5.189, 5.190, e 5.271 a 5.274/2013, do deputado Ivair Nogueira; 5.216/2013, da deputada Liza Prado; e 5.231 e 5.269/2013, do deputado Fábio Cherem.

Debate sobre o não cumprimento pela Arena Independência das condições previstas no documento que autoriza seu funcionamento: CANCELADA A PARTE DA REUNIÃO DESTINADA A OUVIR CONVIDADOS.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 13/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 615/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/8/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 13/8/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das Indicações n°s 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a diretoria colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG, 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado, 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de

Florestas - IEF, e 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral ddjunta do Estado; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2006, 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2007, e 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2008; e dos Projetos de Lei nºs 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências, 1.319/2011, da deputada Ana Maria Resende, que estabelece a restrição, aos profissionais da área de saúde que atuam no âmbito do Estado, de utilizarem equipamentos de proteção individual com os quais trabalham - tais como jalecos e aventais - fora do seu ambiente de atuação e dá outras providências, 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado, 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica, 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica, 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica, 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica, 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica, e 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de agosto de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2013.

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir, Bosco e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis para o Cargo de Presidente da Jucemg

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Gustavo Corrêa, Ivair Nogueira e Marques Abreu, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.654/2012, do deputado André Quintão; 4.177 e 4.178/2013, do governador do Estado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de José Murilo Resende para o Cargo de Presidente da Utramig

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Rosângela Reis e os deputados Doutor Wilson Batista, Duílio de Castro e Fabiano Tolentino, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Maria Tereza Lara, presidente "ad hoc".



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 904/2011, do deputado Duarte Bechir, 2.504/2011, do deputado Arlen Santiago, e 2.714/2011, do deputado Doutor Wilson Batista; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.392/2011, do deputado Dilzon Melo, 3.835/2013, do deputado Duílio de Castro, 3.854/2013, do deputado Deiró Marra, 3.931/2013, do deputado Inácio Franco, e 4.121/2013, do deputado Anselmo José Domingos; de votar, em turno único, o Requerimento nº 5.278/2013, do deputado Jayro Lessa, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Carlos Mosconi, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Anselmo José Domingos e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2013, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Gláycen Franco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Paulo Lamac, Célio Moreira, Gláycen Franco e Marques Abreu, membros da supracitada comissão, para a reunião com convidados a ser realizada em 20/8/2013, às 9h30min, na Câmara Municipal de Governador Valadares, situada na Rua Marechal Floriano, 905, Centro, com a finalidade de debater o enfrentamento ao “crack” e outras drogas e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.216/2013

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Mário Henrique Caixa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a entidade Mala Vêia Esporte Clube, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.216/2013 pretende declarar de utilidade pública a entidade Mala Vêia Esporte Clube, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades sociais, cívicas, culturais e desportivas. Com esse propósito, a instituição incentiva a prática do futebol e de outras modalidades esportivas amadorísticas especializadas, além de promover reuniões de caráter social, cultural e recreativo.

Cabe ressaltar que a prática de atividades desportivas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.216/2013, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Tenente Lúcio, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/8/2013

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados ... V. Exa. gostaria de falar? Mais para a frente?

Acho que o assunto que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, é o mesmo que aflige a maioria dos parlamentares desta Casa, até porque é nossa obrigação, deputado Jayro Lessa - fomos eleitos para isso - defender os interesses do povo de Minas Gerais, dos mineiros.

Disseram por aí, de forma bastante veemente, durante as últimas eleições nacionais, que a presidente Dilma nasceu em Belo Horizonte, deputado Glaycon Franco.

Recentemente, depois que o Atlético conquistou o título da Copa Libertadores da América, ela soltou uma nota - somente se esqueceu de fazer as contas antes de falar a mentira - dizendo que já era atleticana desde criança, quando frequentava o Mineirão com o seu pai. Mas isso foi desmentido, porque o Mineirão foi inaugurado somente após o falecimento do seu pai, e ela já tinha, na época, entre 18 e 20 anos. Ela se diz mineira, belo-horizontina. Então, por conta disso, é mais que nossa obrigação, deputado Duarte Bechir, vir a esta tribuna fazer um questionamento: onde está o dinheiro do governo federal para Belo Horizonte e região metropolitana, em especial para a área de mobilidade urbana?

Justifico aos senhores e às senhoras por que estou hoje, dia 6 de agosto, cobrando investimentos do governo federal. Há uma semana, não mais que isso, a presidenta da República, com o seu colega de partido, Fernando Haddad, ex-ministro da Educação e hoje prefeito da cidade de São Paulo pelo PT, numa solenidade em São Paulo, anunciou investimento, deputado Romão, da ordem de R\$8.000.000.000,00 para a cidade de São Paulo. Esse investimento é único e exclusivamente para ser gasto em obras de infraestrutura ligadas à mobilidade urbana. Tudo isso aconteceu como consequência daquelas manifestações que ocorreram Brasil afora, com maior veemência nas grandes capitais, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Então ela esteve, na semana passada, em São Paulo, numa solenidade cercada de pompa e anunciou que estava disponibilizando naquele ato R\$8.000.000.000,00 para a mobilidade urbana na cidade de São Paulo.

Onde está o investimento para Belo Horizonte, cidade da qual ela se diz natural? O nosso governador do Estado, o nosso secretário de Assuntos Metropolitanos, deputado Alexandre Silveira, o nosso vice-governador, Alberto Pinto Coelho, e o nosso prefeito Márcio Lacerda estiveram, aproximadamente há 30 dias, em Brasília, levando um assunto que é prioridade para Belo Horizonte, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é a mobilidade. Eles apresentaram os projetos prioritários, mas até hoje nenhum tostão foi liberado ou anunciado para Belo Horizonte. Pasmem as senhoras e os senhores, mas esses R\$8.000.000.000,00 disponibilizados e entregues à Prefeitura de São Paulo - não ao Estado de São Paulo -, meu amigo e deputado Pompílio, resolveriam, de uma vez por todas, o problema da mobilidade urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse valor resolveria não somente os problemas de Belo Horizonte, mas de toda a Região Metropolitana, que possui hoje mais de 5 milhões de habitantes.

Quais seriam esses projetos, deputado Doutor Wilson? O metrô de Belo Horizonte, que é o maior sonho dos belo-horizontinos, o maior sonho daqueles que moram na capital do nosso estado. Ao custo de R\$2.900.000.000,00, é possível fazer a expansão da linha 1 do metrô de Belo Horizonte, já existente; fazer a linha 2, a conhecida Calafate-Barreiro; e fazer a tão sonhada linha 3, Savassi-Pampulha. Isso tudo seria possível com R\$2.900.000.000,00. E, lembrando mais uma vez, ela já deu, entregou à cidade de São Paulo, R\$8.000.000.000,00 para a mobilidade urbana na semana passada. E seriam R\$2.900.000.000,00 para o metrô.

Estou vendo aqui o meu amigo deputado Rogério Correia. A palavra que queria dizer não é dó, pois é um termo muito forte, mas sinto vergonha pelo ex-deputado Roberto Carvalho que, quando vice-prefeito de Belo Horizonte durante os últimos quatro anos, anunciou, na sua conta do twitter, centenas de vezes, que o governo federal estava anunciando que revitalizaria o Anel Rodoviário de Belo Horizonte. O deputado Rogério Correia deve se lembrar disso, pois acredito que acompanhe o ex-deputado Roberto Carvalho no twitter, e sei que V. Exa. é um frequentador assíduo das redes sociais. Deve se lembrar das inúmeras vezes que passou a vergonha e o constrangimento de anunciar um dinheiro que nunca saiu.

Pasmem, senhoras e senhores, que, com R\$1.700.000.000,00, poderíamos revitalizar todo o Anel Rodoviário de Belo Horizonte; resolveríamos o maior gargalo da mobilidade urbana de Belo Horizonte, que é o atual Anel Rodoviário. Vou arredondar os números. Somam-se a esse valor os R\$3.000.000.000,00 do metrô para a expansão das linhas 1, 2 e 3. A soma dos dois é R\$4.700.000.000,00.

Vou conceder em instantes aparte ao deputado Rômulo Viegas, mas quero terminar essa conta, pois não sou tão bom de matemática. Se eu parar na metade, vou me complicar.

Retomando, para não dizer que é só Belo Horizonte que está pleiteando os recursos, há um outro projeto que resolveria o problema da região metropolitana. Refiro-me, deputado Leonardo Moreira, ao novo rodoanel - e já há projeto nesse sentido - que ligará Betim, no entrocamento das BR-381 e BR-262, até Ravena, na BR-381, a famosa Rodovia da Morte, sentido Valadares. Cortaria, então, diversos municípios da região metropolitana, tiraria o tráfego pesado dessas cidades, que obrigatoriamente hoje passa nas pequenas cidades e na nossa capital, transferindo-se para lá e resolvendo o problema da nossa mobilidade. O novo investimento nesse novo rodoanel é de R\$4.000.000.000,00. Todos esses recursos somados dariam um total de R\$8.700.000.000,00. Esse é o valor que a presidente destinou à cidade de São Paulo. As reivindicações que faço aqui são para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte e resolveriam 70% dos problemas de mobilidade do Estado de Minas, que estão concentrados aqui.



Temos, eu sei, uma reivindicação antiga com respeito ao Anel Rodoviário de Montes Claros, assim como a outras obras, que não chegam perto desses investimentos. Então, fica aqui uma pergunta: que coragem terá essa senhora, presidenta da república, de voltar aqui no ano que vem, dizendo-se de novo mineira e belo-horizontina, para pedir votos, sendo que já liberou R\$8.000.000.000,00 para a cidade de São Paulo, para mobilidade urbana, e nem um tostão para Belo Horizonte e para a Região Metropolitana, sendo que os mesmos R\$8.000.000.000,00 resolveriam todos os problemas de mobilidade dessa região?

O deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Parabéns, deputado Gustavo Valadares, por esse pronunciamento. Vou apoiá-lo, dizendo que o governo federal tem um projeto da ordem de R\$35.000.000.000,00 para o trem-bala. Pelo que estamos vendo, não vai a lugar nenhum, pois os investidores espanhóis, em função do acidente de trem ocorrido na Espanha, não querem apoiar projeto de risco. Estou com informações aqui de que a taxa de retorno desse projeto de risco seria de 7%, portanto menor do que de outros projetos de menor risco. Assim, o governo federal deveria repensar essa ação e, em vez de gastar R\$35.000.000.000,00 com o projeto do trem-bala, atender, aí, sim, as vozes das ruas e melhorar o transporte público no Brasil. Governadores e prefeitos pedem clemência ao governo federal para os municípios e os estados, a fim de melhorar a malha rodoviária e de transporte desses entes federados. Estamos vendo que a palavra “federação” aqui virou ficção, pois há uma alta concentração de recursos na União, e governadores e prefeitos com pires na mão. Lamentavelmente, vemos o governo federal fazendo política partidária, pois libera recursos para a Prefeitura de São Paulo, do PT, mas para Minas Gerais, para Belo Horizonte até agora são somente discursos.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Rômulo Viegas, agradeço a V. Exa. pelo aparte, que engrandece esse pronunciamento. Mas, acrescento, senhoras e senhores que estão nas galerias desta Casa, que, além de não recebermos um tostão desses R\$50.000.000.000,00, que estão sendo gastos, segundo a presidenta, com mobilidade urbana para todo o Brasil - e já foram entregues a São Paulo R\$8.000.000.000,00 e nem um centavo a Belo Horizonte e Região Metropolitana -, o governo do Estado está arcando com obras do governo federal.

Por exemplo, a BR-040 ou BR-356, saída de Belo Horizonte para Nova Lima, Itabirito e Rio de Janeiro, é um dos grandes gargalos da região centro-sul de Belo Horizonte, a famosa Alça Sul. Considerando o tráfego das pessoas que querem se deslocar de Belo Horizonte para Nova Lima e de Nova Lima para Belo Horizonte, o governo federal deveria arcar com todo o projeto concebido, por ser uma BR. A obra foi feita com o dinheiro da iniciativa privada. A alcinha pequena que liga a BR-040, para quem vem do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, e liga a MG-30, que vai para Nova Lima, é uma obra bancada por uma das construtoras que fizeram empreendimento lá, uma obra mitigadora. E, recentemente inaugurada, em março passado, a alça que existe para quem está vindo na MG-30 para entrar na BR-040, sentido Belo Horizonte, e não ter de passar em frente ao BH Shopping, custou R\$7.000.000,00. Senhoras e senhores, o que são R\$7.000.000,00 para o governo federal? Isso não é nada. Essas obras também foram bancadas pelos empreendedores daquela região, tendo em vista o elevado número de empreendimentos imobiliários lá existentes. Mais que isso, sobraram duas alças a serem feitas, sendo que uma delas liga a BR-040 a Nova Lima e será bancada com recursos do governo do Estado. Trata-se de uma obra numa rodovia federal, com um valor pequeno, não para o governo do Estado, mas para o governo federal, que está disponibilizando R\$8.000.000.000,00 para a cidade de São Paulo, mas não tem R\$10.000.000,00 para solucionar e construir a alça da BR-040 para a MG-30. E o governo do Estado está bancando, vai bancar. O governo do Estado disponibilizará 90% dos recursos, e os 10% restantes serão disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte. Onde está o governo federal? Onde está a presidenta, que se diz mineira e belo-horizontina? Ela está em São Paulo anunciando recursos para o seu colega de partido.

Vou conceder aparte ao deputado Rogério Correia, desde que ele me dê um minuto para que eu possa contrapor sua afirmação e deixá-lo vermelho de vergonha por conta da situação que a presidenta deixou. V. Exa. tentará defender o indefensável, mas vamos lá.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado, não precisa ficar na defensiva, pois nem comecei a falar.

Estou usando um boné da Central Única dos Trabalhadores, pois há um projeto na Câmara Federal, do deputado Sandro Mabel, o qual está flexibilizando e terceirizando o direito dos trabalhadores. Hoje há uma campanha nacional contra essa terceirização deslavada que consta nesse projeto de lei, que infelizmente encontra respaldo em diversos partidos políticos. É um projeto vergonhoso e que tem mobilizado os trabalhadores. Portanto trago a minha solidariedade às centrais sindicais, aos sindicatos e à Central Única dos Trabalhadores.

Mas peço a V. Exa. um pouco mais de justiça quando pergunta onde está a presidenta Dilma. Por exemplo, amanhã ela virá a Varginha e fará anúncios importantes, como a reinauguração de um câmpus importantíssimo na Universidade Federal de Alfenas. Recentemente ela esteve no Triângulo Mineiro para falar novamente do projeto amônia, que é um projeto fundamental da Petrobras. Além disso, ela fez a licitação da BR-381, e mais tantas outras questões realizadas para Minas. É uma questão de justiça. Digo para V. Exa. perguntar onde está o senador Aécio Neves. Este sim, depois de secar o Atlético e o Brasil, foi descansar na Europa - e não sei por que ele estava cansado.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado Rogério Correia, não vou colocá-lo em maus lençóis, mais do que já coloquei a presidenta.

Senhoras e senhores, vejam que estamos comemorando agora, como presente do governo federal, a inauguração de um prédio de universidade pública. Agora nós, mineiros, temos de agradecer à presidenta da República por nos dar um prédio de uma universidade.

Abro mão das esmolas mandadas para Minas, pelos R\$8.000.000.000,00 que a cidade de São Paulo está recebendo. Essa quantia daria para resolver alguns pequenos problemas, deputado Rogério Correia. Somando as obras, o metrô de Belo Horizonte e o rodoanel, sonho de todos nós, seriam totalmente resolvidos com esse dinheiro. E ainda poderíamos fazer a revitalização do anel, que mata todos os dias e não deixa mais ninguém andar em função dos engarrafamentos que se formam em todos os gargalos de viadutos - e não são poucos os viadutos que existem no atual anel rodoviário. Com esses R\$8.000.000.000,00, poderíamos fazer também a revitalização desse anel, deputado Doutor Wilson Batista. Portanto, para receber os R\$8.000.000.000,00 que São Paulo recebeu, abro mão da esmola que nos oferecem. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



O deputado Duarte Bechir - Caro presidente deputado Hely Tarquínio, quero saudar as deputadas desta Casa na pessoa da companheira deputada Rosângela Reis e os demais pares que compõem o Legislativo Mineiro. Sempre que ocupo este espaço é para tratar de assuntos de interesse da nossa Minas Gerais, estado de que tenho a alegria de ser filho. Com muita honra, carrego em meu coração o sentimento de mineiridade, sentimento de um povo reconhecido em todo o Brasil por ser humilde e trabalhador. Este estado já deu à Nação inúmeros líderes que escreveram uma nova história de progresso para o nosso país. Portanto, inicio minha fala destacando para todos a minha alegria de ser mineiro.

Mas peço licença a toda a gente de Minas Gerais para tratar de um assunto próprio, mas que diz respeito à minha vida pública e aos eleitores desse estado. Dirigi os destinos do Legislativo de Campo Belo de 1993 a 1994, quando fui presidente da Câmara Municipal, vereador que fui de 1993 a 1996; também fui prefeito da cidade de 2001 a 2004. Todos, ou quase todos os ex-prefeitos carregam consigo a expectativa da aprovação de suas contas no Tribunal de Contas do Estado, mas muitas vezes alguém que deixou a prefeitura e já exerce outro trabalho não tem capacidade financeira para contratar um bom representante, um bom advogado para defender suas contas no tribunal. Em inúmeras oportunidades, revela-se apenas a ausência de alguns documentos e não se confirma a ocorrência de fatos errados que possam levar à reprovação daquelas contas; mas os ex-prefeitos, por seu não comparecimento ou fraca defesa, são penalizados e incluídos no rol dos que não podem se candidatar.

Estou dizendo isso, deputados, porque, quando terminei meu mandato como prefeito de Campo Belo, o Ministério Público detectou que, em um loteamento, aprovado na gestão anterior pela Câmara de Vereadores e pelo então prefeito, havia uma pequena área demarcada como preservação permanente, que não foi devidamente reconhecida e assinalada na lei que o criou. Ao terminar meu mandato, fui chamado ao Ministério Público para explicar o motivo da extensão do loteamento a um setor daquela área, que era de preservação permanente. Mas, pasmem, senhoras, senhores e minha presidenta Luzia Ferreira, que presidiu o Legislativo e foi prefeita de Belo Horizonte: uma lei municipal amparava a minha ação.

Antes de fazer a modificação no loteamento, a Câmara a aprovou, por unanimidade, e o Ministério Público de Campo Belo manifestou-se ao Judiciário, dizendo que a lei aprovada pela Câmara, à época, teria de ter sido declarada inconstitucional, porque o Executivo não enviou ao Legislativo os devidos esclarecimentos e os vereadores votaram sem conhecimento. Isso é um absurdo, e eu perdi a ação em Campo Belo. Ela foi para o Tribunal de Justiça, em 2ª instância, sem o meu devido conhecimento, porque o meu representante - como disse no início do meu pronunciamento - não me avisou, não era mais prefeito, não ocupava cadeira nesta Casa, e, mais uma vez, fomos condenados. Agora, em última instância, em embargos, a sentença foi reformada por três votos a zero.

Nós, que estamos na vida pública, pagamos o alto preço por alguns que não reconhecem que também somos seres humanos, que padecemos dos mesmos males e temos sentimentos. Nas redes sociais, por meio de cartas anônimas, eu estava sendo cutucado. Confesso que em muitos momentos, pelo que passei nesses últimos seis meses, passou-me a ideia de parar com a vida pública, devido a essa falta, talvez, de reparação de um dano, que estava ocorrendo comigo.

Quero aqui dizer a meus pares que, neste momento, a Rádio Clube de Campo Belo está em sintonia com esta Casa, como sempre faz, por meio do nosso diretor Giovani, e transmite parte desta reunião, ao vivo. Portanto quero, neste momento, dizer que, pela Justiça, posso e serei candidato. A Justiça não tem contra este parlamentar nenhuma questão que não permita que eu seja candidato, graças a Deus. Quando falo graças a Deus é porque é graças a Deus mesmo, fez-se justiça. Foi um ato em que faltou muito mais um olho clínico do que sobram fatos errados para que a nossa punição acontecesse.

Portanto, quero aqui dividir essa alegria com meus pares. Sei que muitos já passaram e passam por essa circunstância, mas nós somos seres humanos. Reconheço que muitos prefeitos de cidades pequenas, quando deixam seus mandatos, não têm capacidade financeira para contratar um bom advogado para representá-los, e são condenados, porque não vêm à Justiça para, ao menos, entregar a sua defesa. Isso aconteceu comigo. Quero, então, apresentar essa situação para conhecimento de toda Minas Gerais.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, quero parabenizá-lo. Conheço o sentimento de alívio de V. Exa.; não o alívio da consciência, que já era tranquila. Porém, é óbvio que, se há algo na Justiça de que V. Exa. tenha de se defender, quando o resultado é favorável, o sentimento de justiça nos dá também o sentimento de alívio. Portanto quero parabenizá-lo.

Quero lembrar ao telespectador, mais uma vez, que hoje uso o boné da Central Única dos Trabalhadores porque estou aqui simbolizando o repúdio que fazem hoje os trabalhadores de todo o Brasil contra o projeto do deputado Sandro Mabel, que terceiriza o serviço dos trabalhadores e assim possibilita uma perda de direito generalizada em todo o País. Então, há uma mobilização para que esse projeto seja retirado de pauta ou rejeitado pela maioria dos deputados. Portanto, quero pedir solidariedade aos nossos deputados estaduais - falo aqui em nome da CUT e das demais sindicais.

Solicitei aparte para engrandecer V. Exa. e dar testemunho do trabalho que vem desenvolvendo na Assembleia Legislativa - independente de nossas diferenças político-ideológicas, que fazem parte do parlamento. Aliás, o parlamento é isso mesmo, uma casa onde opiniões diversas convivem entre si e formam partidos, consensuais ou não, mas que são estabelecidos por meio do diálogo, e V. Exa., sem sombra de dúvida, tem sido um deputado com esse perfil.

Aliás recorro a V. Exa. para me ajudar num assunto, e sei que V. Exa. será solidário com este deputado. Este final de semana estive em Itacarambi, no Norte de Minas, para uma reunião do PT e também por outras emendas que entreguei na cidade, entre as quais uma referente à fanfarra que passa a funcionar numa escola estadual. Fui surpreendido porque o ano letivo nessa escola, deputado Carlos Pimenta, não pode acontecer. A secretária de Educação ligou para o diretor dessa escola de Itacarambi, cujo nome depois passarei a V. Exa., e proibiu que o ano letivo tivesse início porque eu iria lá e estava proibido de ir à escola, visto que isso seria um ato político, porque o objeto da emenda parlamentar que destinei, referente a essa fanfarra, não poderia ser recebido estando eu na cidade. Como eu poderia entrar na escola, ela pediu ao diretor que suspendesse o dia letivo, e foi suspenso. A secretária ficou uma hora ameaçando o diretor da escola dizendo que não haveria nada com o deputado, mas que ele poderia ser punido por isso.

A secretária nunca recebe bem o Sind-UTE, e ficamos pensando se isso é uma rixa entre o sindicato e ela. A secretária é difícil, deputado. V. Exa. tem com ela um bom diálogo e poderia dar-lhe uns conselhos. Ligar para um diretor de escola para que um deputado não entre na escola é realmente um absurdo. V. Exa., como presidente da Comissão de Educação, poderia fazer isso.



Mas o fundamental do meu aparte é parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho.

O deputado Duarte Bechir - Muito obrigado, deputado Rogério Correia.

A deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Quero compartilhar da sua alegria de ter tido essa vitória, esse reconhecimento dos seus direitos políticos plenos. Deputado, esta Casa e o povo de Minas precisam de V. Exa., que exerce seu mandato com muito compromisso público, em defesa do interesse coletivo não só da sua região e da sua cidade, Campo Belo, onde foi vereador e prefeito, portanto tem um carinho todo especial por ela, mas de toda Minas Gerais, que aqui representamos todo o seu povo. Estou muito feliz porque V. Exa. é um deputado que orgulha esta Casa e o povo de Minas por defender aqui os interesses do nosso estado e do nosso povo com tanta determinação. Isso é que valoriza a representação política, a representação parlamentar. Fico feliz em saber que ano que vem V. Exa. poderá concorrer e continuará este mandato em favor de Minas Gerais. Parabéns.

O deputado Duarte Bechir - Obrigado, deputada Luzia Ferreira.

O deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, quero também compartilhar da sua alegria e parabenizá-lo pela grande vitória que V. Exa. alcança hoje nos tribunais do nosso estado, mostrando a toda a sociedade e ao povo mineiro que nunca cometeu crime eleitoral. O trabalho que V. Exa. faz na Assembleia é tão importante quanto o que fez como prefeito, com lisura e muita transparência, e está provado hoje. Está de parabéns.

Deputado Duarte Bechir, aproveito também este momento para registrar que hoje o movimento sindical se mobiliza contra o Projeto de Lei nº 4.330. Estive hoje na Praça Sete com as centrais sindicais, e quero deixar registrado que a nova central sindical da qual faço parte, sou vice-presidente, juntamente com a CTB, deixou a mesa de negociação junto ao governo federal porque o governo federal e o relator não querem discutir o fim do Projeto de Lei nº 4.330, que precariza e acaba com as categorias, não respeitando a atividade-fim. Deixamos aqui o nosso protesto e, ao mesmo tempo, fazemos um apelo a todos os deputados federais de Minas, junto com os deputados estaduais, para fazermos pressão junto ao governo para que, dia 14, votemos contra o Projeto de Lei nº 4.330, que é nocivo a todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Meu muito obrigado e parabéns a V. Exa., deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir - Obrigado pelo aparte e parabéns pela matéria aqui levantada.

O deputado João Leite (em aparte) - Meu amigo deputado Duarte Bechir, vejo V. Exa. hoje emocionado, e com razão. Lembro-me de V. Exa. compartilhando comigo a sua dor. Serviu e serve a sua cidade como poucos na história de Campo Belo, e recebe isso em troca.

Isso é próprio, infelizmente, daquela política menor que tenta desconstruir a imagem de um homem público que oferece a esta Casa toda a sua força e seu comprometimento. Sei que V. Exa. fez isso também por sua cidade. No entanto, vemos aqui, por exemplo, que tentam desconstruir a imagem de pessoas como o senador Aécio Neves e o governador Antonio Anastasia. Fizeram isso também com Fernando Henrique Cardoso e tentaram fazer com V. Exa. Então, V. Exa. não ia ficar impune. Deputado Duarte Bechir, tinha certeza de que V. Exa. era totalmente livre de qualquer culpa nessa situação e me alegro de a Justiça reconhecer seu compromisso com sua cidade. V. Exa. está pronto para continuar realizando nesta Casa esse belíssimo trabalho. Quero ir à tribuna dar-lhe um abraço.

O deputado Duarte Bechir - Muito obrigado, deputado João Leite. Vindo de V. Exa., isso ainda me faz maior no meu pensamento e nas minhas ações. Chamo o deputado João Leite, como quando atleta, de João de Deus, mas é o João de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, deputados e deputadas componentes da Mesa, deputados e deputadas em Plenário, os que nos acompanham pelas galerias e, em especial, os que nos veem pela TV Assembleia, antes de iniciar o meu pronunciamento não consigo deixar de fazer um registro. Quando vejo deputados do DEM e do PSDB falarem sobre trens, é inevitável lembrar-nos do metrô de São Paulo. De trem essa turma entende, mas não venham dar consultoria aqui de cartel, quadrilha e roubalheira. Não queremos que tragam isso para Minas Gerais, até porque já temos nossos problemas. O problema é mais sério ainda porque aqui não se pode apurar, está proibido. Apuração, não. Em Minas Gerais não se pode apurar.

Quando os tucanos começam a falar muito sobre trens e metrô, lembramo-nos daqueles bilhões que os tucanos desviaram do metrô de São Paulo. Será que essa tecnologia está chegando, deputado Pompílio Canavez? Está chegando a tecnologia do desvio dos metrôs. São doutores em desviar recursos de metrô. Deve ser por isso que há sempre essa motivação. “Queremos o metrô, mas queremos mais o desvio do metrô. Queremos o cartel e a quadrilha que está denunciada.” Agora está até no “Jornal Nacional”, na “Folha de S. Paulo” e em todo canto como foi tratado o assunto “metrô” pelos governos do PSDB de São Paulo. É isso que ficou estabelecido e claro.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e, em primeiro lugar, dizer-lhe também que na semana passada me assustaram as atitudes anunciadas pelo governador Anastasia no que concerne às questões administrativas no Estado de Minas Gerais.

V. Exa. vem dizendo dessa tribuna, assim como tenho ressaltado, que o senador Aécio Neves entrou num caminho, que chamava de choque de gestão e déficit zero, que levaria o Estado de Minas Gerais à falência e à quebraadeira. Repito sempre as palavras de V. Exa. não só aqui, mas também no Twitter: “Aécio quebrou Minas”. Isso, de fato, está comprovado agora.

Na semana passada, o governador Anastasia anunciou e assumiu a quebraadeira do Estado. O dinheiro que o governo sempre toma emprestado, com a anuência da Assembleia Legislativa, com voto contrário do PT e do PMDB, significa que o governo estava descontrolado, ou seja, pegava dinheiro emprestado para comprar, por exemplo, viaturas para as Polícias Civil e Militar. Era isto que ele fazia: pegava dinheiro emprestado apenas para coisas comuns, que deveriam ser do dia a dia. O último empréstimo do governo foi para o Circuito Cultural Praça da Liberdade, que seria realizado por meio de PPP, com economia da Cidade Administrativa, que o senador Aécio Neves construiu gastando R\$1.500.000.000,00. Essa foi a obra mais cara do governo Aécio Neves. Aliás, gastou mais com publicidade, R\$2.000.000.000,00, do que com essa obra.

Na semana passada, o Prof. Anastasia assumiu que o Estado de Minas Gerais está quebrado e por isso não investe na saúde e na educação sequer o mínimo constitucional. Ele fez um malabarismo para dizer que vai economizar, que vai cortar 20% dos cargos em comissão. Mas criou 4.200 cargos, algo em torno disso, por lei delegada. Nesse corte que fez, não nos explicou até hoje, por exemplo,



se a sobrinha do Cachoeira está ou não incluída. Mas isso é apenas para exemplificar a meritocracia, outra palavra de ordem não seguida.

Então, gostaria de parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. Lembro que deveríamos fazer o balanço tão anunciado do que o governo economizou. Porém economizou em cima das secretarias extraordinárias criadas por ele mesmo, por meio de lei delegada. Então é a pirotecnia que funciona no Estado de Minas Gerais com o governo Anastasia.

O deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço o seu aparte, deputado Rogério. Agora entro no assunto que, de fato, me traz a esta tribuna. Quero fazer um apelo aos governadores de Minas - governador de fato, Aécio Neves, governador de direito, Antonio Anastasia, governadores de Minas. Se o caminho proposto por V. Exas. para este estado é a desmoralização completa de Minas Gerais, a desautorização absoluta das instituições, assembleias, tribunais, ministério público, Excelências, chegamos ao destino. Desmoralizadas as instituições, desacreditado o Estado, o governo age como biruta de aeroporto, sempre preocupado com o "marketing".

Em 2011, Srs. Deputados, por meio de lei delegada - esses governos tucanos de Minas são os campeões mundiais em leis delegadas -, o governador Anastasia criou não 4 mil, mas 9.074 cargos comissionados, 8 secretários ou equivalentes, 8 secretários adjuntos ou equivalentes, 15 subsecretários, 120 empreendedores públicos, 4 vice-presidentes, 12 analistas de pesquisa e ensino I, 23 analistas de pesquisa e ensino II, 1 ouvidor da Arsae, 2 coordenadores técnicos da Arsae, 3 subcontroladores da Controladoria-Geral, e por aí vai. Estimativas de cargos comissionados criados: 2.644 e mais 7.430 em 2007 e 2011, impactando a folha em mais de R\$71.000.000,00. Essa era a farra das leis delegadas, em que tinha de haver a estrutura administrativa do governador de fato, que nomeia os secretários, mas também deveria ter uma estruturazinha do governador de direito, que queria ter algumas pessoas de sua confiança próximas. Aí a farra seguia, sempre com a conivência da imprensa cooptada, comprada, dominada, subalternizada e censurada de Minas. Essa mesma imprensa anuncia agora, com alarde, que virá a economia, a economia da ganância, a extinção das secretarias que ele mesmo criou, a Secretaria da Copa, de Esporte, de não sei mais o quê, e que agora vão juntar-se. Mas não disse que foi ele quem as criou.

No início de julho, votamos aqui um projeto que dava destinação à Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. Duas semanas depois, o governador anunciou nos jornais que iria fundi-la ao IGA. Ele não sabe o que quer. É biruta de aeroporto. De duas, uma, governador de Minas, governador de fato, governador de direito: ou admitimos que o Estado está quebrado, que vocês quebraram Minas Gerais, que Minas é o mais endividado Estado da Federação, isso em nome da honradez, da ombridade, da transparência e do compromisso com os mineiros; ou admitimos que todo mundo ficou doido. Quem cria extingue, quem aumenta diminui. Fica essa sanfona, essa gaita de fole, de enche e sopra, de fecha, sopra e abre. E isso sempre com o aplauso da imprensa. Quando incha: "Está certo, está modernizando, porque tucano é moderno". Quando extingue: "Está mais certo ainda porque está racionalizando".

Que beleza, Minas Gerais! Governadores de Minas, vamos cortar um governador, deixemos um só. Vamos escolher o de fato ou o de direito. Começemos a cortar de cima. Para que dois governadores? Para que essa hipocrisia? Enquanto isso, está aqui para ser votada a aprovação das contas de 2011. As contas de 2011 estão para ser votadas, deputado Pompílio. Nesse ano foram criados esses cargos por meio de lei delegada. O que faz o "tribunal do faz de conta"? Registra que não foram cumpridos os mínimos constitucionais da saúde e da educação. Isso está no relatório do "tribunal do faz de conta". No entanto, fazendo jus ao "faz de conta", propõe que ainda assim, ainda que a Constituição não esteja sendo cumprida mais uma vez em Minas Gerais, que esta Assembleia homologativa aprove as contas de S. Exa., que cria cargos, extingue cargos; cria cargos, extingue cargos; cria cargos, extingue cargos, e está sempre certo. Está sempre certo porque esse é o choque de gestão de primeira geração, de segunda geração, de terceira geração, de quarta geração, de quinta geração.

Teatro! Teatro, sempre com o aplauso conivente da mídia, conivente e remunerado, conivente e pago. Em prejuízo de quem? De Minas sempre, dos mineiros, que agora não sabem se Minas quebrou ou se de fato acabou de perder o rumo, o prumo de tudo. Tem de extinguir o que criou. Vamos aplaudir porque, em tempo recorde - 10 anos -, S. Exa., o governador, com sua brilhante equipe, descobriu que algumas instituições, que algumas estruturas eram desnecessárias. Tempo recorde! Que competência! Em 10 anos foram capazes de fazer essa pesquisa e identificar a existência de órgãos ociosos, de cargos desnecessários, de estruturas que se repetiam. Conseguiram isso no prazo recorde de 10 anos.

E a mídia aplaude. Aplaudir porque é paga para aplaudir, só que a criação de cargos é feita por lei delegada, escondidinho, no gabinete. A publicação é feita no meio da página do "Minas Gerais", em letras miúdas. Na hora de extinguir, é feito o anúncio em coletiva de imprensa. Extingui o que criou, diminui o que aumentou, sem ter a ombridade de falar ao povo de Minas: "Perdoemos, quebramos Minas Gerais, a campanha de Aécio quebrou Minas".

O nosso único projeto, a campanha do senador, não pode prescindir do gasto total nesse projeto, nesse objetivo, nessa meta única, que é tentar eleger o senador, desmoralizar o Estado, destruir as nossas instituições, extinguir esse poder e transformar o "tribunal do faz de conta" e o "ministério público do faz de conta" também.

Quanto a essa obra, anúncio para Minas Gerais, usando este microfone, que, como líder do Bloco Minas sem Censura, apresentei substitutivo ao projeto de resolução no qual proponho a aprovação das contas e a rejeição, pura e simples, do governador de Minas, do ano de 2011, pelo flagrante descumprimento da Constituição, apontada também no relatório do "tribunal do faz de conta". Quando me refiro ao "tribunal do faz de conta", não incluo os técnicos, que são sérios. Os próprios conselheiros fazem o tribunal ser chamado de "faz de conta". Os técnicos fizeram o seu papel e apontaram o descumprimento constitucional sistemático, reiterado, repetido, ano após ano, como se a Constituição de Minas pudesse ser rasgada pelos bicos dos tucanos. Isso não pode ser assim, não pode! Algum dia, em Minas Gerais, a população dos mineiros deverá saber o que foi feito nessa triste quadra da vida deste estado - Minas que se empobrece, Minas que não tem instituição, Minas que sequer cumpre a sua Constituição. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta - Agradeço ao presidente Hely Tarquínio e a compreensão do deputado João Leite. Sou o último orador inscrito e, para não quebrar as regras do pinga-fogo, tenho interesse em abordar o mesmo assunto que V. Exa. abordará. Com certeza,



logo após esse horário, vamos nos pronunciar e respaldar as palavras de V. Exa. Elas, certamente, trarão muitos esclarecimentos ao que foi dito.

Presidente, antes de tocar no assunto que me traz a esta tribuna, queria, primeiramente, comunicar, com muito pesar, o falecimento de um ex-prefeito da cidade de Coração de Jesus, o Sr. Humberto Matos. Gostaria de dizer também que a sociedade de Coração de Jesus ficou muito triste com o falecimento desse grande homem público, desse grande político, pai de família e cidadão exemplar. Fica aqui a nossa solidariedade à família do ex-prefeito Humberto Matos, que, de 1989 a 1992, governou aquela querida e próspera cidade, Coração de Jesus.

Ao voltar do recesso parlamentar, vou mudar um pouco o tema do meu discurso na Assembleia, nesta tarde, porque ouvi aqui hoje, na fala do deputado Sávio Souza Cruz, um pronunciamento eivado de muita mágoa. A própria história mostra claramente quem foi Aécio Neves para Minas Gerais e, principalmente, o que ele é hoje como senador da República. Ele é um candidato em potencial, que já ultrapassou a presidente Dilma na última pesquisa do O&P, divulgada em Brasília pelas Organizações Globo. Certamente, a ascensão de Aécio está doendo em muitas pessoas e as está incomodando. Sem dúvida alguma, ele tem todo o campo para poder trabalhar, que é o campo do Brasil de hoje, do Brasil que quer se modernizar, do Brasil que não quer ficar no atraso e na retórica, em pronunciamentos dessa natureza. Aécio, com certeza absoluta, significa o novo para o nosso país.

Ele, durante oito anos no governo de Minas, tem o que dizer ao povo brasileiro: como governou o nosso estado e como o endireitou. Minas Gerais saiu de uma situação caótica, com uma dívida monstruosa. Hoje, ele, com seu exemplo de vida, de homem público e administrador, mostra que é possível oferecer aos brasileiros um Brasil diferente, modernizado, que todos sonhamos e queremos.

O deputado fala do governo Anastasia, de um homem que ontem deu demonstração de compromisso com as causas básicas do nosso povo ao lançar um programa de saúde pública da melhor qualidade. É sempre assim: quando Anastasia quer mostrar que acompanha o clamor da população, dos jovens e quer propor algo diferente, vêm pronunciamentos dessa natureza mostrando que o atraso, infelizmente, ainda quer durar mais tempo neste país. Isso é triste. Deputado João Leite, estou vendo aqui pronunciamento político passar por cima da realidade, do que realmente está acontecendo. Estou vendo agressões gratuitas a um ex-governador que demonstrou ser eficiente, competente e ter condições de vencer as campanhas eleitorais do ano que vem. O nome de Aécio está crescendo no coração e na consciência do povo brasileiro - e não é com discurso dessa natureza. O deputado fala de dois governos, esquecendo-se de que lá em cima também temos a presidenta de direito, a Dilma, e o presidente de fato, que interfere no dia a dia das questões do Brasil, que é o ex-presidente Lula.

Então, são dois pesos e duas medidas. São duas velas acendidas para dois santos diferentes. Acho que temos de ter, nesta tribuna, pelo menos um pouco de coerência. Não podemos aceitar discurso dessa natureza do meu amigo Sávio, a quem admiro e respeito há tantos anos. Ele foi líder do ex-governador e ex-presidente Itamar Franco nesta Casa. Um ex-governador que deixou o Estado em uma situação deplorável, mas depois o Estado foi colocado nos trilhos, no caminho do progresso e do desenvolvimento.

Vou falar um pouco desse programa de saúde do governo, mas antes quero passar a palavra ao companheiro Duarte Bechir. Hipoteco a V. Exa. a nossa solidariedade pessoal ao saber que continuará sendo o grande político da região de Campo Belo e das cidades que bem representa. Ressalto a minha satisfação pessoal por V. Exa., efetivamente, poder apresentar seu nome como candidato novamente a deputado, para o bem de Campo Belo e toda a região. Com o maior prazer, ouço V. Exa.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Secretário Carlos Pimenta, agradeço-lhe por me ceder este pequeno aparte. Deputado, quando o deputado Sávio começou a usar a palavra da forma como o fez na tarde de hoje, com uma fala carregada de sentimento de raiva do governo de Minas, de ódio, talvez por ver que as coisas andam bem, tentava, através de palavras, e não, de ações, diminuir o nosso governo.

O próprio deputado Sávio Souza Cruz, quando secretário de Administração, pagava aos servidores em longas escalas, em sete chamadas que aconteciam no mês subsequente ao trabalhado. O governo não tinha crédito para comprar um chiclete ou uma bala lá fora. Nada se comprava em nome do governo de Minas. Quando o deputado Sávio vê o governo de Minas trilhar os passos do progresso, da honra, da organização, e, mais uma vez, esta semana, a agência Standard & Poor's reconhecer que Minas Gerais é o estado brasileiro com o maior grau de responsabilidade para se investir, ele derrama o ódio em forma de pronunciamento para tentar diminuir nosso governo.

Termino, secretário Carlos Pimenta, dizendo o seguinte: as ações do governo de Minas não serão diminutas perante pronunciamentos como os que foram feitos aqui, nesta tarde de hoje, pois elas são maiores. A raiva e a ira não são capazes sequer de tocar na grandeza do nosso governo. Muito obrigado.

O deputado Carlos Pimenta - Agradeço ao deputado Duarte Bechir por esse aparte, que engrandece o nosso pronunciamento. Não são gestos momescos e espalhafatosos que mostrarão a verdade. A história está aí para que possamos julgar. Aliás, fomos julgados várias vezes, e em todas elas o povo brasileiro deu o seu veredito nas urnas, apoiando o ex-governador Aécio Neves e o nosso atual governador Antonio Augusto Anastasia, que de forma decente, coerente, ética e responsável governa Minas mesmo neste mar revoltoso que estamos vivendo, com a manifestação da população. Minas sai ilesa porque tem um governo, tem um norte, tem um plano de governo que, com todas as dificuldades, atende aos anseios que aqui chegam.

Quero apresentar ao governador Anastasia os agradecimentos do povo de Montes Claros e do Norte de Minas pelo evento que ocorreu antes da entrega das ambulâncias a mais de 470 municípios mineiros. Houve uma audiência pública com a presença do nosso arcebispo e provedor da Santa Casa, D. José Alberto. O governador celebrou um convênio de R\$5.000.000.000,00 com a Santa Casa de Montes Claros, ajudando o pronto-socorro. Mais que isso, ele autorizou o Deop a licitar o maior hospital de urgência e emergência do interior de Minas Gerais, o hospital de urgência e emergência da Macro Norte, hospital do trauma da Santa Casa. São gestos como esse que nos impelem a vir a esta tribuna para dizer em alto e bom som que teremos muitos pronunciamentos iguais a este durante a nossa trajetória até o final do ano que vem. Mas as ações de responsabilidade marcam, ficam. São ações de um governo que sabe o alcance das suas atividades e funções, como a que trouxe a Montes Claros o hospital do trauma, a que construirá o hospital regional



no Município de Nanuque, uma das últimas fronteiras de Minas Gerais, e a que está construindo hospitais em Governador Valadares, em Teófilo Otôni, cidade governada pelo PT, em Divinópolis, em Poços de Caldas.

Gostaria muito não de poder apagar o pronunciamento do deputado Sávio, mas de dizer em alto e bom som que Minas Gerais tem no governador Anastasia um homem sério, ético e preparado, que está governando Minas para os mineiros, principalmente para aquelas regiões mais longínquas. Os resultados estão aí. Sabemos das dificuldades na saúde pública. Ninguém quer tampar o sol com a peneira, mas aqui em Minas estamos cumprindo a missão, a nossa obrigação. Neste momento, deixamos a nossa solidariedade ao senador Aécio Neves e ao governador Anastasia. Muito obrigado.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados, estou perplexo. Não imaginava que este Parlamento, que prima por relações respeitadas e cordiais, pudesse vivenciar o que vivenciou nesta tarde: um ataque gratuito contra o meu partido, o PSDB; um ataque gratuito ao senador Aécio Neves; um ataque contra o governador Antonio Anastasia.

Um verdadeiro teatro foi feito nesta tarde. Um membro do governo veio aqui solicitar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais uma consulta - inclusive, tenho todos os dados aqui: "Pode-se contar o recurso do saneamento básico na saúde?". A prestação de contas do governo anterior ao governo do PSDB foi feita dessa maneira. O Tribunal de Contas aceitou. Porém, o que fazem torcendo contra Minas Gerais e o senador Aécio Neves faz parecer que estão tremendo. Ora, não tem campanha eleitoral ainda não.

Agora quero saber quem é que vai sair por Minas Gerais falando mal do senador Aécio Neves, dizendo que ele não cumpriu o que se refere à saúde. Então, o nosso deputado Sávio Souza Cruz, secretário de governo naquela época, também não cumpriu. O governo deles não cumpriu e vem aqui soltar pela internet que o senador teria desviado dinheiro da saúde. É ridículo o que essa oposição está fazendo em Minas Gerais, saindo totalmente daquilo que é o razoável nas relações. Vemos hoje um destempero, um ódio, uma raiva. Não sei como responder às pessoas que estão com essa raiva, com esse ódio do senador Aécio Neves. Por que será que estão com esse sentimento? Será porque o senador ligou 230 cidades de Minas Gerais abandonadas e esquecidas? Porque na quinta-feira o deputado Cabo Júlio veio a esta tribuna dizer que ninguém fará a cabeça dele contra alguém que foi tão importante para a segurança pública, como foi o governador Aécio Neves. O deputado Cabo Júlio teve a coragem de subir nesta tribuna e falar.

O problema não é essa oposição, mas alguns raivosos, nervosos. Não sei o que eles estão perdendo. É claro que o PSDB deverá escolher o senador Aécio Neves, mas haverá uma disputa. Está certo que a presidente e o PT estão caindo, o que ficou evidente pelo desespero demonstrado aqui nesta tarde. Ora, isso não pode levar as pessoas a atacarem o PSDB como aconteceu neste Plenário. A base do governo não pode ser atacada dessa maneira. É ridículo vermos um governo federal, que tem 39 ministérios, vir criticar um governo que quer ter 17 secretarias. Isso é um mistério.

Na verdade, o que vimos aqui foi um teatro quando disseram que o governo do Estado quer de alguma forma tomar o Poder Legislativo. Ora, o governador que eles apoiaram e do qual foram secretários e líderes nesta Casa mandou para cá um ofício dizendo: "O Presidente da Assembleia Legislativa deverá ser o Deputado Anderson Aducci". Enquanto todos aqui ficaram comendo na mão do governador Itamar, somente nós, da oposição, do PSDB, não aceitamos. O deputado Sávio Souza Cruz e outros deputados engoliram um ofício do chefe do executivo para escalar um presidente na Assembleia Legislativa. Deputado Hely Tarquínio, tenho a honra de ter votado contra. Isso é que é diminuir o Poder Legislativo. Tenho memória.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui defender o meu partido.

Estão tentando, nesses últimos dias, enxovalhar a honra de Mário Covas, uma das figuras mais respeitadas deste país. Veio o filho do Sr. Gilberto Carvalho, no Cade, a polícia política do governo federal, atacar Mário Covas, dizer que ele está envolvido no cartel. As minhas duas mãos ponho no fogo por Mário Covas, um homem de bem, respeitado, que lutou contra a ditadura neste país. O PT quer enxovalhar a imagem de Mário Covas liberando documentos do Cade. É inaceitável o que estamos vendo.

Estou sentindo que vai piorar. Estou preparando, trazendo todos os documentos. Traremos os números do nosso governo, mostraremos que este é um governo sério. Minas Gerais reconhece. O senador Aécio Neves - eles estão tremendo de medo - saiu com 90% de aprovação. É esse o medo.

Lamento, Sr. Presidente, esse ódio, essa raiva da Oposição. Não posso dizer que é de todos porque nosso querido deputado Cabo Júlio assomou a esta tribuna e disse: "Estou com Aécio Neves, o homem que fez tanto pela segurança de Minas Gerais".



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO CTO/119/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hidrobrás Águas Minerais do Brasil Ltda. Objeto: fornecimento de água mineral, sem gás, em garrações de 20 litros. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 135/2012, do Município de Belo Horizonte. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/98/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. Objeto: contratação de seguro total para veículos automotores, incluída assistência 24 horas. Objeto do aditamento: ampliação de objeto com inclusão e substituição de veículos e terceira prorrogação contratual. Vigência: ampliação do objeto: a partir de 3/5/2013; terceira prorrogação: a partir da 0 hora de 25/6/2013 às 24 horas de 24/6/2014. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2.009.3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/8/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/8/2013, na pág. 5, sob o título *Ofícios*, no ofício da Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde se lê:

“da Comissão de Transporte”, leia-se:

“da Comissão de Direitos Humanos”.

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/8/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/8/2013, na pág. 8, sob o título *“REQUERIMENTOS”*, no Requerimento nº 5.268/2013, onde se lê:

“policiais militares do Centro Integrado de Comunicações Operacionais”, leia-se:

“policiais militares do Centro Integrado de Comunicações Operacionais que menciona”.

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/8/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 10/8/2013, na pág. 9, sob o título *“REQUERIMENTOS”*, no Requerimento nº 5.290/2013, onde se lê:

“policiais militares do Centro Integrado de Comunicações Operacionais”, leia-se:

“policiais militares do Centro Integrado de Comunicações Operacionais que menciona”.